

VITOR ARAÚJO FILGUEIRAS

**MÉXICO (1994-2003):
INSERÇÃO INTERNACIONAL E DESARTICULAÇÃO LOCAL**

**SALVADOR
2005**

VITOR ARAÚJO FILGUEIRAS

**MÉXICO (1994-2003):
INSERÇÃO INTERNACIONAL E DESARTICULAÇÃO LOCAL**

Monografia apresentada no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Hamilton Ferreira Junior

SALVADOR
2005

Vitor Araújo Filgueiras

MÉXICO (1994-2003): INSERÇÃO INTERNACIONAL E DESARTICULAÇÃO LOCAL

Monografia aprovada em 25 de fevereiro de 2005

Prof. Dr. Paulo Balanco
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Prof. Antônio Plínio de Moura
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Prof. Dr. Hamilton Ferreira Junior (Orientador)
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Maria do Socorro Marques de Araújo, Luiz Filgueiras, Graça Druck, Arivaldo Junior, Enrique Araújo Freire e Mariana Aragão de Araújo, por conviverem pacificamente comigo, na medida do possível. Sem eles, inclusive do ponto de vista material, não seria possível estudar.

Agradeço muito ao meu professor e amigo Hamilton Ferreira, que me orientou ao longo da consecução do presente trabalho.

Fiz bons amigos na faculdade. Agradeço a eles, principalmente pela companhia nos momentos em que tomamos umas cervejas.

RESUMO

A presente monografia pretende analisar algumas implicações do processo de re-integração da economia mexicana ao circuito preferencial do grande capital internacional, posição da qual foi preterido quando da crise da dívida externa, no começo da década de 1980. Entende-se que essa re-integração, engendrada por meio da implantação do Modelo Neoliberal no país, foi uma estratégia para reproduzir, em outras bases, um processo de desenvolvimento dependente-associado. A hipótese presente neste trabalho é que tal intento não se efetivou, pois mesmo com a re-integração ao lugar de parceiro principal do grande capital internacional, o México obteve desempenho econômico pífio, seja qual forem os indicadores utilizados. A economia mexicana sofreu um processo de desarticulação das cadeias produtivas internas, de modo que o crescimento do setor externo é amplamente desarticulado em relação ao conjunto do sistema produtivo local.

Palavras-chave: Economia – México; Modelo Neoliberal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Setor externo mexicano (1990-2002)	31
Gráfico 2 - Comparação do crescimento do PIB real: México, Coréia e Brasil, partindo da mesma base	33
Tabela 1 - Investimento Externo Direto aportado no México, em US\$ bilhões	38
Tabela 2 - México. Indicadores selecionados	39
Tabela 3 - Exportações e importações do México	39
Tabela 4 - Investimento total no México (como proporção do PIB)	41
Gráfico 3 – Evolução do PIB e exportações mexicanas, a partir da mesma base	44
Gráfico 4 – Comparação entre variação das exportações e PIB sul-coreano, a partir da mesma base	45
Tabela 5 - Exportações mexicanas: total por destino	46
Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB. Desempenho comparado, EUA e México	47
Tabela 6 - México: Importações por tipo de bem	48
Tabela 7 - México: Exportação por tipo de bem	48
Tabela 8 - Fluxo comercial mexicano: Maquiladoras X não maquiladoras	49
Tabela 9 - México. Indicadores selecionados	50
Tabela 10 - México. Indicadores. Linha da pobreza e salários reais	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	UM BREVE MERGULHO NO ESPAÇO PESQUISADO	13
2.1	O MÉXICO E SUA RELAÇÃO COM OS EUA	13
2.2	INÍCIO DE FIM DO SONHO DA PERIFERIA E IMPLANTAÇÃO DO ATUAL MODELO	17
3	DINÂMICA MACROECONÔMICA MEXICANA (1994-2003) – LÓGICA E COROLÁRIOS DO CAMINHO ESCOLHIDO	22
3.1	A INVIABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO BASEADO NA NOVA DEPENDÊNCIA	22
3.2	DA INTEGRAÇÃO SILENCIOSA À INSTITUCIONALIZADA: O NAFTA, OU O APROFUNDAMENTO DO ATUAL MODELO	27
3.3	ANÁLISE DO MODELO NEOLIBERAL: desempenho macroeconômico (1994-2003)	30
4	DINÂMICA DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS E FLUXOS COMERCIAIS NO PERÍODO PÓS-NAFTA (1994-2003): a simplificação da economia mexicana	36
4.1	AS EVIDÊNCIAS DA RE-INSERÇÃO	37
4.2	MODELO NEOLIBERAL E REDUÇÃO DAS TAXAS DE INVESTIMENTO	40
4.3	O DESENCADEAMENTO DA ECONOMIA MEXICANA	43
5	CONCLUSÕES	52
	REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos muito tem se falado sobre o esgotamento das políticas neoliberais e, por conseguinte, a superação do “pensamento único”.¹ Contribuíram e continuam contribuindo para tais afirmações os contínuos desastres (não há outra terminologia adequada) sócio-econômicos que as experiências neoliberais têm promovido nas nações periféricas do planeta. México, Brasil, Argentina, só para ficar no âmbito dos maiores países latino-americanos, após mais de dez anos de implementação das políticas preconizadas pelo “Consenso de Washington”, amargam resultados medíocres em termos de desenvolvimento econômico – a começar pela média de incremento do PIB – quando comparados a outros períodos de suas próprias histórias. Isso sem mencionar as crises ocasionais a que todos foram expostos (1994-5, no México, 1999, no Brasil, 2001, na Argentina, e 2002, novamente no Brasil), corolário da via escolhida por estas nações dependentes para a re-inserção na rota preferencial do grande capital internacional.

Todavia, após cada crise as políticas neoliberais² são radicalizadas, mesmo quando governos supostamente progressistas são eleitos – vide Brasil. Essa aparente contradição foge ao âmbito da presente pesquisa, contudo, atesta que a união da burguesia dos países periféricos em torno do liberalismo econômico, no atual contexto histórico, ainda é muito forte, mesmo que frações da classe sejam, eventualmente, prejudicadas. Também evidencia a debilidade das forças de contestação do *status quo*. Destarte, parece pouco provável que surjam inflexões, mesmo nos marcos do modo de produção capitalista, num futuro próximo da América Latina.

Independentemente de como as designe (políticas neoliberais, reformas de mercado), há relativo consenso sobre quais são as políticas que passaram a ser aplicadas na maioria dos países latino-americanos, e que elas formam um conjunto articulado – o que, segundo nosso ponto de vista, permite chamá-las de modelo. Abertura comercial, privatizações, desregulamentação

¹ Ver Boron (2004), Biondi (1999), Oliveira, (2003). Mesmo sendo óbvio, a não ser para os crentes mais ferrenhos no *main stream*, que nunca houve nem haverá pensamento único em economia (ou qualquer outra ciência social), admito que a hegemonia da teoria neoclássica em sua forma mais ortodoxa foi gritante nos últimos anos, tanto do ponto de vista teórico, quanto dos seus desdobramentos nas políticas econômicas dos países latino-americanos, como ficará claro para os leitores que perceberem, ao longo deste texto, as similitudes entre o modelo de desenvolvimento vigente no México e o implementado no Brasil a partir dos anos 1990.

² Decerto não há consenso acerca da utilização da terminologia neoliberalismo para designar a plataforma de políticas que se espalhou pelo continente latino-americano. Segundo nosso ponto de vista, há diferenças essenciais entre o liberalismo atual e aquele vigente até a Grande Depressão, contudo, não há espaço para a revisão desse debate nesta monografia. Utilizar-se-á a designação Neoliberal para facilitar a identificação do tema tratado, permitindo que mesmo seus simpatizantes saibam do que se trata.

financeira, corte dos gastos do Estado, abertura da conta capital, dentre outras, fazem parte desta lista. Também existe acordo de que o intento principal da implantação de tais políticas foi a reorientação da dinâmica da economia desses países, que passaram a ter os agentes privados (ou o mercado) como “motor” da trajetória da economia, reduzindo a influência do Estado, que fora protagonista no período em que vigorou o Modelo de Substituição de Importações (MSI).³

Para além desses elementos praticamente estilizados, há uma forma mais abrangente de analisar o processo de implementação das políticas neoliberais, qual seja: a utilização da idéia de “dependência” para compreender os determinantes que condicionaram a adoção do Modelo Neoliberal em países como o México. A perspectiva apresentada nesta monografia entende que há uma relação de dependência entre países capitalistas retardatários, como o México, e as nações precursoras do capitalismo. Por conta deste ponto de vista, entende-se que a adoção do Modelo Neoliberal (MN) representou, para o México, uma estratégia para conseguir retornar à posição de palco privilegiado do aporte de recursos forâneos – o que foi bastante reduzido no início dos anos 1980 –, numa tentativa de reprodução da relação de dependência da qual havia, por assim dizer, se tornado membro não preferencial após a crise da dívida.

A concepção de dependência como forma de relação entre o centro e a periferia capitalistas desenvolvida por Cardoso e Falleto (1975) é ampla, abarcando elementos de diversas ordens. Os autores pretenderam englobar fatores econômicos, políticos e sociológicos para apreender as possibilidades e limites do desenvolvimento latino-americano, ocupando o conceito de dependência espaço essencial em tal determinação.

Partiremos de uma concepção mais restrita da idéia de dependência elaborada por estes autores, qual seja, nos ateremos aos fatores econômicos da situação de dependência para entendermos alguns aspectos da implantação do Modelo Neoliberal no México. Esta concepção remete à incapacidade de reprodução autônoma da dinâmica capitalista em um país, como tratado em Goldenstein (1994). Assim, nações dependentes são aquelas que não tem capacidade de autodeterminar a dinâmica da própria economia sem a absorção de recursos e tecnologia externos.

³ Ver Ferreira (1994), Mattar e Hernandez (2002), Moreno-Brid e Ros (2004), Mattar, Moreno-Brid e Peres (2002).

Uma vez entendida a implementação do MN como uma tentativa de reedição, em outras bases, do desenvolvimento dependente-associado do período pós-Segunda Guerra, focarei minha pesquisa nos resultados que o Modelo Neoliberal trouxe para o México.

Assim, o objeto de estudo da presente monografia é o atual modelo de desenvolvimento em voga no México, mais precisamente a relação entre o mesmo e o desempenho da economia mexicana no período que vai de 1994 a 2003. A implementação de tal modelo é concomitante (e tem como elemento essencial) ao rearranjo da inserção do México na economia mundial que, segundo nossa ótica, tem como um de seus momentos principais a assinatura do Tratado de Livre Comércio de América do Norte (TLCA, ou NAFTA, em inglês). Portanto, o NAFTA e seus possíveis efeitos no decênio 1994-2003 obtêm destaque especial neste texto.

Cabe aqui importante esclarecimento de como se constituiu nosso objeto de pesquisa. Sem tal elucidação, é possível que se torne turvo para o leitor o recorte da observação aqui desenvolvida. O propósito inicial do projeto da presente monografia era analisar os impactos do NAFTA no desenvolvimento econômico mexicano entre 1994 e 2003 – ou seja, nos 10 primeiros anos de vigência do acordo. Todavia, cremos ser tal tarefa extremamente complexa, se não impossível, por conta da relação intrincada entre o NAFTA e as outras políticas implantadas no México a partir de meados da década de 1980.⁴ Só para ficar num exemplo: como determinar o quantum do Investimento Estrangeiro Direto (IED) aportado no México após 1994 que seria corolário do NAFTA, e não resultado de fatores de outra ordem?

Foi adotado no México um determinado norte para sua economia, em que se sobressaem as políticas liberalizantes, dentre as quais o NAFTA aparece como um elemento de aprofundamento do caminho escolhido. O que se pretende argumentar é que o isolamento dos impactos do NAFTA como o objeto da pesquisa é inviável, ao menos no âmbito de um texto de pouco fôlego, como esta monografia. Desse modo, o objeto aqui pesquisado é o Modelo Neoliberal mexicano, mais precisamente, como o modelo adequou – de forma particular – o México às demandas do grande capital internacional e algumas de suas implicações no interior do país.

Ao longo da presente monografia ficará evidente que o México efetivamente reingressou no circuito preferencial do grande capital internacional, tanto financeiro quanto produtivo. O

⁴ O Banco Mundial (2003) e o Carnegie Endowment for International Peace (CEIP) (2003), em dois longos relatórios sobre os impactos dos NAFTA na economia mexicana, ressaltam esta mesma problemática.

problema que se apresenta, a partir daí, é o seguinte: esta tentativa de reprodução, em outras bases, do que já se chamou de dependência-associada, rendeu resultados significativos para o desenvolvimento econômico mexicano entre 1994 e 2003?

A partir desse problema procurou-se comprovar duas hipóteses complementares. A primeira encontra-se num plano mais abstrato, enquanto a hipótese subsequente trata-se da avaliação da verificação da hipótese inicial num plano mais concreto. Assim:

Hipótese geral: Há uma inviabilidade do desenvolvimento dependente-associado para a maioria da periferia latino-americana na atual conjuntura do sistema capitalista mundial, corolário tanto de determinações externas concernentes à lógica do capital internacional, quanto da forma como os países capitalistas retardatários se propõem a participar da relação de dependência.

Hipótese específica: A forma como se deu a re-inserção do México no circuito preferencial do grande capital internacional teve como corolário a simplificação da economia nacional, através da desestruturação produtiva interna, e a manutenção dos baixos níveis de investimento registrados na década de 1980. As conseqüências mais importantes de tal determinação, segundo nossa ótica, estão na desarticulação da economia mexicana e apresentação de taxas modestas de incremento do PIB. A desarticulação e os baixos níveis de inversão fazem com que o crescimento sem precedentes do setor externo do país tenha reflexos reduzidos para o conjunto da economia.

O texto aqui apresentado pretende alcançar alguns objetivos. Inicialmente, abordar tangencialmente questões concernentes ao debate sobre o desenvolvimento econômico, e, eventualmente, servir como apoio e incentivo a alunos iniciantes no estudo das ciências sociais, principalmente através da indicação de algumas referências consideradas importantes.

Entendo que o modelo de desenvolvimento implantado no México a partir de meados dos anos 1980 – ou variante extremamente semelhante –, já está disseminado por toda a América Latina, inclusive no Brasil. Contudo, o México foi o único grande país do continente a radicalizar a implantação do modelo, determinação essa consubstanciada no NAFTA. De acordo com o caminhar das negociações concernentes à Área de Livre Comércio das Américas, esta, caso consignada, viria a ser muito semelhante ao NAFTA. Assim, a presente monografia pode

contribuir para elucidar as possíveis (e muito prováveis) implicações que uma eventual implementação da ALCA traria para nosso país.

Do ponto de vista metodológico, pretende-se comparar os dez anos (1994-2003) da economia mexicana com períodos pretéritos, bem como com países semelhantes no mesmo período (94-03), caso do Brasil e da Coreia do Sul. Será cotejado também o crescimento do PIB mexicano com o produto dos EUA, que é a economia com a qual o México institucionalizou sua articulação.

Os dados utilizados são majoritariamente oriundos de instituições oficiais mexicanas, como o Instituto Nacional de Estatística Geográfica e Informática (INEGI) e o Banco do México (BANXICO), ou grandes organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Há ainda dados disponibilizados pela Carnegie Endowment for International Peace (CEIP) e pelo Banco de Dados da América Latina (DBLA).

Além da presente introdução, este texto é composto por mais quatro capítulos. O capítulo 2 pretende introduzir o leitor no ambiente estudado a partir de fatos estilizados da história mexicana, de forma geral, e uma breve recapitulação do Modelo de Substituição de Importações, seu esgotamento e o início do atual modelo. O capítulo 3 divide-se em três seções: a primeira delas intenta abordar num plano mais abstrato alguns pontos do debate sobre o desenvolvimento capitalista, em particular, nos países que constituem a periferia do sistema; em seguida apresenta-se o NAFTA como a radicalização do modelo de desenvolvimento implantado no México; por fim, faz-se breve análise da dinâmica da economia mexicana ao longo dos 10 primeiros anos de vigência do NAFTA. O capítulo 4 desce alguns níveis de abstração e avalia os impactos causados pela inegável re-inserção do México ao circuito preferencial do grande capital internacional, a partir da análise dos Investimentos Diretos Externos (IDE) e fluxos comerciais entre 1994 e 2003. Por fim, no capítulo 5, a título de considerações finais, são sintetizadas algumas idéias que permearam este texto.

2 UM BREVE MERGULHO NO ESPAÇO PESQUISADO

2.1 O MÉXICO E SUA RELAÇÃO COM OS EUA

*“No vale nada la vida,
la vida no vale nada,
empieza siempre llorando,
y así llorando se acaba,
por eso es que en este mundo,
la vida no vale nada.”⁵*

Embora compreender a história mexicana seja tarefa das mais tortuosas, pesquisar tal processo é uma empreitada fascinante. O México é representante paradigmático do drama secular latino-americano. Derrotas, humilhações, preconceito, pobreza, são substantivos comuns a todos os países do continente americano abaixo do Rio Grande. Contudo, o México é dono de uma história que contempla grandes particularidades relativamente às outras nações. Talvez, dentre estas especificidades, as mais relevantes estão relacionadas a uma condicionante que foge à capacidade de determinação do próprio país, qual seja, sua posição geográfica. Ele possui três mil quilômetros de fronteira com uma nação que, segundo muitos, é o maior império da história humana. Por conta dessa proximidade, o país já foi obrigado a abdicar – e provavelmente continuará abdicando, ao menos num horizonte temporal próximo – da posição de sujeito preponderante dos fatos que o envolvem por diversas vezes nos últimos dois séculos – sem que isso signifique que sua participação seja meramente passiva.

Não é objetivo desta pesquisa discorrer acerca da curiosa odisséia dos mexicanos, nem esmiuçar a dramática (e traumática) relação entre o México e os Estados Unidos; apenas faz-se necessário uma rápida introdução aos dois processos para que se torne possível para o leitor vislumbrar as determinações mais gerais que rodeiam o objeto pesquisado.

A identidade mexicana enquanto nação remonta aos seus antepassados que habitavam a região antes da invasão espanhola. Apesar de existirem grupos sociais heterogêneos, havia relativa centralização de poder em torno do império Asteca, que foi subjugado definitivamente pelos espanhóis em 1521. Quando os mexicanos buscam um elemento em comum de reco-

⁵ Cantiga popular mexicana.

nhecimento, recorrem aos nativos e antigos heróis da resistência local, como Cuauhtémoc⁶. Todos os aspectos da vida do povo mexicano ainda são, efetivamente, do ponto de vista étnico, muito atrelados às suas origens indígenas. O conflito constante entre esse México “antigo” e os costumes estrangeiros “modernos” que há cinco séculos penetram no país é marca essencial de toda a história do país (RIDING, 1985).

A área onde atualmente está localizado o México, ao contrário da maioria das demais localidades latino-americanas, já tinha uma civilização relativamente compacta antes das invasões européias. Assim como as outras, contudo, também teve sua população nativa e territórios sistematicamente explorados durante centenas de anos, a partir do século XVI. O aporte dos espanhóis deu início à dialética de amor e ódio dos mexicanos relativamente aos estrangeiros. Quando, em 1821, o México emergiu como país emancipado, já não era mais – obviamente – aquela civilização pré-hispânica, mas uma mistura étnico-cultural de dois povos. Apesar da patente miscelânea que forma a nação, o rancor para com os forasteiros apenas recrudescer com o desenrolar do tempo. Tal sentimento não é sem sentido, pois, após o doloroso intercâmbio com os espanhóis, aconteceram encontros traumáticos com norte-americanos e franceses ainda no século XIX. Destarte, o sentimento de violação e necessidade de afirmação frente ao estrangeiro esteve sempre no seio da história mexicana (RIDING, 1985).

Os franceses invadiram o México em 1862, durante a ditadura de Napoleão III (o sobrinho), sob pretexto de obter pagamento de dívidas pendentes. A expedição invasora tomou a capital mexicana e impôs o imperador Maximiliano no poder durante cinco anos. Conflitos intra-europeus desviraram os intentos franceses do México, e Maximiliano terminou sendo deposto e executado. Este fenômeno, todavia, pode ser considerado efêmero, ou mesmo de reduzida relevância, se comparado às colisões com os Estados Unidos. Pouco depois de se tornar politicamente emancipado, o México viu-se diante de um embate com os norte-americanos, que percorriam a chamada “marcha para o oeste”. Durante tal conflito, entre 1846/47, o México perdeu mais de metade do seu antigo território, equivalente ao que hoje são Arizona, Califórnia, Novo México e Texas. Os norte-americanos, assim como fizeram os franceses alguns anos mais tarde, invadiram a capital mexicana. Diferentemente dos últimos, não se interessaram em permanecer, se retirando e “apenas” exigindo um espólio de guerra. Certamente este

⁶ Tendo vivido entre 1502-1525, Cuauhtémoc foi o último dos imperadores astecas, tendo sido aprisionado, torturado e executado pelos espanhóis.

foi o episódio mais sangrento das relações entre EUA e México, contudo, o rancor e a humilhação permaneceram e são periodicamente renovados.

O México certamente foi elemento cooperativo importante para o desenvolvimento capitalista norte-americano. Para além do ouro existente nos territórios conquistados pelos EUA, das matérias primas obtidas no território que lhe restou e do seu mercado interno, o país colaborou com seus trabalhadores, que sempre serviram como mão-de-obra de reserva permanente para a economia do vizinho. Como recompensa, esses trabalhadores foram expelidos em massa do país adjacente nos momentos de contradições neste último, caso da grande depressão dos anos 1930 – cerca de 500 mil – e após a Guerra da Coréia – mais de um milhão (FERREIRA, 1994). Nos últimos anos, em número crescente,⁷ centenas de milhares de mexicanos atravessaram ou tentaram transpor sua fronteira setentrional em busca de uma vida melhor. Tal aspiração torna-se cada vez mais difícil, enquanto são implementados barreiras – literalmente – e obstáculos os mais intransponíveis para impedir a migração.⁸ O esforço para a discriminação entre os territórios, aliado à intocável – ou crescente – discrepância da qualidade de vida entre os países, faz com que hoje, não menos que em outros períodos, possamos caracterizar mexicanos e estadunidenses como “vizinhos distantes”.

Uma grande particularidade do México relativamente aos seus vizinhos latinos diz respeito à ascensão das classes populares ao poder. Exceção feita a raros países centro americanos, nenhuma outra nação da América Latina assistiu a uma genuína revolução, ainda que de duração efêmera. As razões mais imediatas da Revolução Mexicana (1910-17) remontam ao período imediatamente anterior à mesma.⁹ Entre 1876 e 1910 – excetuando o intervalo 1880-84 – os mexicanos foram governados por Porfírio Díaz. Apesar de serem realizadas eleições no período, o regime era uma ditadura de fato (RIDING, 1985; MORENO-BRID, ROS, 2004). A tentativa de Díaz alcançar sua sétima reeleição foi o mote para a eclosão da mobilização revolucionária em 1910, sob o lema: “sufrágio efetivo, não à reeleição”. As classes médias e os camponeses formaram o sustentáculo do movimento, que inicialmente produziu reduzida violência. Díaz abandonou a presidência e se exilou na França no ano seguinte. De 1911 a 1921 o México viveu momentos de grande turbulência. Golpes, assassinatos, traições, conchavos,

⁷ Ver CEIP (2003).

⁸ Ver Azevedo (1998).

⁹ Entre as causas mais profundas surgem: a concentração da propriedade da terra, a grande influência da Igreja e o controle do poder do Estado por poucos “crioulos” – mestiços de índios e europeus que ascenderam à classe dominante na América. Todas heranças do período colonial.

sem que sequer um presidente conseguisse encerrar seu mandato. No bojo desses eventos destacaram-se os dois maiores e mais radicais líderes populares mexicanos, quais sejam, Francisco “Pancho” Villa e Emiliano Zapata, participantes de diversos episódios bélicos durante a Revolução e defensores ferrenhos da causa camponesa. Como todos os grandes heróis do país, acabaram derrotados e assassinados (RINDING, 1985).

O fervor revolucionário foi paulatinamente arrefecendo e a “normalidade” se estabeleceu a partir de meados da década de 1920. Algumas reivindicações populares foram efetivamente conquistadas, como a reforma agrária, a nacionalização da exploração dos minerais e do petróleo, a proibição da reeleição presidencial (MORENO-BRID; ROS, 2004). A gestão de Lázaro Cárdenas, em especial, levantou bandeiras que pertenciam à origem da mobilização (CANO, 1998). Todavia, o Estado e a sociedade legados da Revolução não se tornaram nem democráticos, nem igualitários.¹⁰ Durante o mandato do presidente Calles (1924-28) foi fundado, por iniciativa do próprio, o Partido da Revolução Nacional (PRN), agrupando diversos segmentos de alguma forma identificados com a Revolução; desde militares, passando por intelectuais de esquerda, liberais, até os funcionários públicos. Este partido, que mais tarde seria rebatizado como Partido Revolucionário Institucional (PRI), foi o alicerce de um regime híbrido entre ditadura e democracia, que perdurou por mais de 70 anos ininterruptos no poder mexicano.

O regime político que controlou o México até fins do século passado era ambíguo a tal ponto que dificultava uma definição clara da sua natureza. Suas posições e realizações foram tão sinuosas que personagens estrangeiros dos mais diversos espectros ideológicos nunca conseguiram atingir consensos, nem divergências claras a seu respeito (FUSER, 1995). Apesar disso, algumas características mais explícitas podem ser destacadas nos governos mexicanos, dentre elas: o autoritarismo, a corrupção,¹¹ a violência, o grande poder dado aos presidentes em exercício, a cooptação da oposição, o entrelaçamento entre o Estado e PRI. Tais aspectos, sob o manto da democracia e da Revolução, configuram o que Vargas Llosa classificou como a “ditadura perfeita” (FUSER, 1995).

¹⁰ Apesar de não rivalizar com o Brasil no quesito concentração de renda, o México é um país bastante desigual.

¹¹ Segundo Rinding, a corrupção no México é tão arraigada que é condição necessária para que o sistema funcione, “(...) proporcionando o ‘lubrificante’ que permite que as engrenagens da maquinaria política girem, e a ‘cola’, que sela as alianças políticas” (RINDING, 1985, p.141).

A história do México é rodeada por traumas e decepções, tanto em relação ao forasteiro, quanto no que concerne às aspirações políticas internas das massas, como os exemplos citados tentaram ilustrar. Destarte, o povo mexicano tem arraigado o sentimento de derrota e frustração (RIDING, 1985). Tais sentimentos, agregados à constante percepção de violação vinda do estrangeiro e canalizados para além de suas fronteiras, engendraram um nacionalismo “(...) não ideológico, mas parte de um instinto de sobrevivência” (RIDING, 1985, p. 30). O personagem que encarna o forasteiro nos dias atuais é, evidentemente, os EUA. Se por um lado eles são vistos como responsáveis por muitas das mazelas que atingem o México, por outro, são eles também o parâmetro de sucesso, ou modelo a ser seguido pelos mexicanos (RIDING, 1985).

Por isso o NAFTA conseguiu forte apelo ao ser apresentado ao México como a chance de se aproximar da modernidade norte-americana. Na avaliação da opinião pública hegemônica do México, o ingresso do país no NAFTA representou a consagração de uma articulação vitoriosa para o desenvolvimento do país {(FUSER, 1995), (MORENO-BRID; ROS, 2004)}.

2.2 INÍCIO E FIM DO SONHO DA PERIFERIA E IMPLANTAÇÃO DO ATUAL MODELO

Após a Revolução (1910-17) a economia mexicana passou a ser comandada por um Estado que se dizia norteador pelo nacionalismo popular (FERREIRA, 1994). Contudo, os efêmeros e tumultuados governos que se seguiram da queda de Porfírio Díaz até a eleição de Lázaro Cárdenas não conseguiram enveredar por um plano coerente de desenvolvimento econômico. O governo deste último (1934-40) vai marcar uma inflexão nos rumos da economia do México. Dentre as ações relevantes do período, destacam-se: 1) Radical reforma agrária; 2) nacionalização das empresas de petróleo e ferrovias; 3) Edição do 1º Plano Sexenal, denotando o início do planejamento estatal da produção; 4) reforma do Banco do México, de forma a permitir maior controle estatal sobre a política monetária (CANO, 1998; FERREIRA, 1994). A política de modernização e industrialização por substituição de importações passa a ser implementada mais efetivamente na década de 1940, começando pela indústria leve de bens não-duráveis, como é típico desse tipo de industrialização (FERREIRA, 1994).

A partir da década de 1940, mas principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o México – assim como o Brasil – viveu aquilo que poderia ser chamado de uma espécie de “sonho” dos subdesenvolvidos. Segundo Belluzo (1995, p.13), a ordem internacional que se consubstanciou após 1945, alicerçada no Acordo de Bretton Woods, criou as “(...) condições para o avanço das experiências de industrialização na periferia do capitalismo”. Para Goldenstein (1994, p. 163), “a expansão do regime fordista e a articulação ‘keynesinana’ de Bretton Woods sob a hegemonia americana (...) resultaram em uma especial conjuntura internacional”, gerando um cenário de inédita possibilidade de progresso para alguns países periféricos.

A essa conjuntura internacional favorável, somou-se o aprofundamento do Modelo de Substituição de Importações (MSI) em algumas nações periféricas, norteadas pelo objetivo maior de endogeneizar o processo de acumulação capitalista. Para tanto, ocupavam papel de destaque os Estados nacionais, como protagonistas do processo de modernização das economias. A complementaridade entre cenário externo favorável e a implantação MSI possibilitou que nesse período houvesse incremento sem precedentes das forças produtivas de muitos países capitalistas retardatários, como o México e o Brasil.

Decerto, esse “sonho” revelou-se passageiro. A modificação do cenário criado por Bretton Woods, como veremos de forma sintética no ponto 3.1, explicitou as contradições criadas pelo Modelo de Substituição de Importações (MSI) em países como o México. A inexistência de um padrão de financiamento e produção de tecnologia autônomos permaneceu como limite das experiências da maioria dos países de industrialização tardia. Em outras palavras, essas nações não conseguiram superar a condição de dependentes em relação aos países ricos. Mesmo assim, houve diversas mudanças qualitativas em parte da periferia capitalista. Particularmente na América Latina, México e Brasil foram os países que mais conseguiram avançar, constituindo economias capitalistas relativamente complexas.

No México, o MSI começou a dar os primeiros sinais de esgotamento na década de 1970 (FERREIRA, 1994). Do ponto de vista produtivo, a limitação essencial da indústria mexicana foi nunca ter completado o circuito da 2^o revolução tecnológica. Isso acarretou desequilíbrios entre setores e comprometimento dos efeitos de encadeamento para trás e para frente.¹² O

¹² Veremos mais à frente que essa desarticulação entre setores foi agravada com a implantação do Modelo Neoliberal, por conta da abertura comercial e das estratégias de concorrência das empresas transnacionais em escala global.

Estado mexicano ainda tentou utilizar incentivos fiscais para fomentar a indústria de bens de capital, contudo, nos moldes que o fez, não foi suficiente para consignar tal pretensão por conta de uma série de obstáculos, tais como: problema de escala, aprendizado tecnológico, concorrência norte-americana, domínio dos setores mais dinâmicos pelas multinacionais (FERREIRA, 1994).

Paralelamente ao desenvolvimento do MSI mexicano, a partir de 1965 uma nova política industrial foi implementada no país, qual seja, o inicialmente chamado Programa de Industrialização Fronteiriço (PIF). Marginal quando do seu surgimento, o PIF pretendia funcionar como plano passageiro para ocupação de mão-de-obra mexicana dos territórios próximos aos EUA. Reside no PIF o berço do que hoje é notoriamente conhecida como indústria maquiladora, que, como veremos, ocupa posição destacada no conjunto da economia mexicana. Ferreira (1994, p.90) classifica o PIF como regime de SCI (Subcontratação Internacional). Segundo ele:

(...) É possível entender o SCI como uma modalidade de expansão das empresas multinacionais, re-allocando a produção e/ou a montagem naqueles países que possibilitem redução de custo através da oferta abundante de recursos ou racionalização da produção, em termos da dispersão das atividades da firma (...). Na verdade, esta postura teórica capta o substancial do fenômeno do SCI no tocante à sua ênfase no conteúdo banalizado da técnica que é transposta para alguns países periféricos (FERREIRA, 1994, p. 90-91).

A política industrial mexicana, a partir da constituição da SCI, passou a apresentar dupla face. O programa de substituição de importações e a SCI são ambas políticas que se viabilizam pelo movimento do grande capital multinacional, contudo, suas consecuições são praticamente antagônicas. Enquanto a substituição de importações ocorre com grande intervenção estatal e proteção do mercado interno, o regime de SCI é caracterizado pela ampla liberalização comercial e ausência de regulamentação do Estado. Além disso, os dois programas não tiveram nenhuma articulação, funcionando como mundos paralelos.

O apartamento entre a SCI e as indústrias direcionadas para o mercado interno – voltadas para a substituição de importações - é a raiz da dicotomia entre setor exportador e o resto da economia mexicana, fenômeno para o qual voltaremos nossas atenções no capítulo 4. Há mais de 10 anos, Ferreira (1994, p.201) já observava:

(...) O processo de internacionalização da economia mexicana recente foi efetivado com a diminuição progressiva das exigências de conteúdo local. Isso significou que

o comércio internacional foi incapaz de ativar a atividade econômica local, devido à separação entre as atividades exportadoras e o tecido industrial doméstico.

Ferreira (1994) levanta a hipótese de que a economia mexicana não passaria por um processo de “maquiladorização” a partir do ajuste da indústria local. Segundo o autor, a tendência em andamento seria, na realidade, um movimento de internacionalização e especialização da economia mexicana. Passados dez anos, um olhar retrospectivo permite observar que, se não houve a dita “maquiladorização” da economia mexicana, ao menos ocorreu um processo de especialização excessiva do aparelho produtivo local, com o avanço relativo das maquiladoras sobre o total da produção e recrudescimento da separação entre as atividades exportadoras e o tecido industrial doméstico, como se tentará apresentar no capítulo 4 do presente texto.

De volta ao “sonho” de superação do subdesenvolvimento no México, em meados da década de 1970, a descoberta de uma grande reserva petrolífera no México permitiu que o MSI obtivesse alguns anos de fôlego, até a eclosão da crise da dívida em 1982, que posteriormente se espalharia pelo resto da periferia. A partir dela se impôs a necessidade da adoção de um novo modelo de desenvolvimento. Diante da correlação de forças entre os agentes sociais e a posição do México no cenário internacional, foi sendo implementado aquele modelo que posteriormente ganharia feições mais nítidas até configurar o que estamos chamando de Modelo Neoliberal. Em essência, a estratégia almejada foi consignar uma nova forma de inserção internacional da economia mexicana, sem alterar o *status quo* do poder político e da distribuição de recursos localmente, em outras palavras, uma “liberalização conservadora”.¹³

Segundo Ferreira (1994), o processo de implementação do novo modelo pode ser discriminado em duas fases. No primeiro momento (1982-87) têm início as privatizações e a abertura comercial unilateral da economia, quando começa a reestruturação industrial mexicana. A implementação mais efetiva dos preceitos do que passa a ser chamado “Consenso de Washington” dá-se a partir de 1987. Além do prosseguimento da alienação do aparelho produtivo estatal e abertura econômica, libera-se o controle dos capitais financeiros.

A política econômica é praticamente a mesma adotada posteriormente pelo demais países latino-americanos: permite-se a sobrevalorização cambial e libera-se o comércio exterior como forma de reprimir a elevação dos preços internos, objetivo primordial da política; o conse-

¹³ Ver Ferreira (1994).

qüente desequilíbrio externo passa a ser financiado pelos capitais financeiros, atraídos pelas taxas de juros diferenciais. Concomitantemente opera-se um ajuste fiscal – via corte de gastos –, visando aumentar o pagamento dos serviços da dívida e diminuir outra fonte de pressões inflacionárias.

Em suma, ao longo dos anos 1980 e 1990 a base da economia mexicana passou por grandes transformações. De uma economia relativamente fechada e contando com ampla participação do Estado (tanto na produção, quanto na regulamentação), o México passou a um quadro de ampla liberalização comercial e financeira, e redução significativa da interferência do setor público. Colocada desta forma, a reorientação da economia mexicana não suscita grandes polêmicas.¹⁴ Como a controvérsia é imanente a qualquer atividade que se pretenda científica, serão indicadas nos dois próximos capítulos algumas perspectivas e hipóteses acerca do significado mais geral das transformações operadas na economia mexicana e as conseqüências e impasses oriundos das opções seguidas.

Discutiremos mais atentamente a lógica do modelo e a dinâmica da economia mexicana entre 1994 e 2003 nos dois próximos capítulos.

¹⁴ Ver Ferreira, (1994), Moreno-Brid e Ros, (2004), Mattar e Hernandez, (2002), Mattar, Moreno-Brid e Peres, 2002.

3 DINÂMICA MACROECONÔMICA MEXICANA (1994-2003) – LÓGICA E COROLÁRIOS DO CAMINHO ESCOLHIDO

Este capítulo tem por finalidade analisar brevemente o modelo econômico implantado no México a partir de meados da década de 1980 – que optamos chamar de Modelo Neoliberal (MN), como indicado na introdução –, particularmente os resultados macroeconômicos de tal estratégia entre 1994 e 2003. Este intervalo não foi selecionado aleatoriamente. Pelo contrário, foi intencionalmente escolhido por coincidir com os primeiros dez anos de vigência do NAFTA, elemento essencial do MN e apresentado continuamente pela mídia e organizações internacionais como o passo decisivo para o encurtamento da distância entre o México e as potências capitalistas.¹⁵

Inicialmente, no ponto 3.1, num plano mais abstrato, apresentar-se-á o MN como tentativa de reedição da dependência-associada como estratégia de desenvolvimento adotada pelo México (assim como o foi para ampla maioria dos países latino-americanos), apontando a hipótese de inviabilidade de sucesso para tal aspiração, conseqüência da atual conjuntura do sistema capitalista agregada ao formato em que se constituiu tal modelo localmente. Depois, em 3.2 apresenta-se algumas características relevantes do NAFTA, especialmente suas particularidades oriundas da atual conjuntura internacional. Por fim, em 3.3, apontaremos as principais implicações macroeconômicas da adoção do MN para a economia mexicana entre 1994 e 2003.

3.1 A INVIABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO BASEADO NA “NOVA DEPENDÊNCIA”

Não será possível, dadas as limitações já indicadas na apresentação, desenvolver uma análise ampla no presente texto que contemple ao menos as correntes do pensamento mais importantes sobre desenvolvimento econômico. Todavia, como se pressupõe nesta monografia que não existe ciência social neutra e, por conseguinte, quaisquer fenômenos analisados não são interpretados isentos das concepções diversas adquiridas pelo observador ao longo de sua vida, faz-se necessário, ao menos, “marcar posição” no debate. Portanto, deve ficar claro que os

¹⁵ Ver Fuser (1996), World Bank (2003).

alicerces da perspectiva aqui apresentada encontram-se em sintonia com a seguinte passagem de Furtado (1994, p. 37):

Mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção, pois comporta um elemento de intencionalidade. As condições para que esse elemento se manifeste com vigor, dão-se historicamente, ou seja, são irreduzíveis a esquemas formalizáveis. A invenção não se resume em resposta a um desafio: é, antes de tudo, a manifestação de uma possibilidade. Nisso ela se diferencia das mutações que estão na base da evolução natural.

Pretende-se argumentar, a partir de um ponto de vista histórico, que a atual conjuntura do sistema capitalista mundial, agregada à forma como os países capitalistas retardatários latino-americanos se propuseram a participar do mesmo, consubstanciaram um quadro de inviabilidade para o desenvolvimento econômico da periferia da América, particularmente dos grandes países, como o México. A associação de algumas nações não-hegemônicas do continente com o grande capital internacional – produtivo e financeiro –, que especialmente na chamada Era de Ouro do capitalismo permitiu o crescimento acelerado da produção e a “complexificação” da economia desses países, no atual contexto tem produzido efeitos, no mínimo, insatisfatórios.

O México foi um dos países periféricos latino-americanos que, auxiliados pelos capitais das potências capitalistas no pós-Segunda Guerra, lograram constituir economias razoavelmente complexas, e mesmo diminuir a distância que os separavam das nações ricas. Esse processo de industrialização dos grandes países latino-americanos, como o México, está fortemente vinculado ao pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Na primeira metade do século XX, o pensamento hegemônico acerca das possibilidades de desenvolvimento dos países atrasados era derivado da teoria econômica neoclássica, ou seja, trazia consigo a tradição positivista das forças espontâneas e evolutivas do mercado. A CEPAL inovou, ao pensar as particularidades do processo de desenvolvimento da América Latina e recomendar a participação ativa dos Estados nacionais no fomento à industrialização dos países do continente.

No âmbito desse debate, Goldenstein (1994) faz interessante revisão da literatura sobre o desenvolvimento econômico e as relações entre centro e periferia. A autora apresenta as diversas interpretações acerca da possibilidade de progresso capitalista dos países atrasados. As posições transitam entre o otimismo total da ortodoxia econômica (o progresso natural baseado no mercado) e a inviabilidade da superação do subdesenvolvimento defendida por algumas correntes marxistas (revolução ou caos).

Para Goldenstein (1994), a corrente de pensamento acerca das determinações que rodeiam os países capitalistas atrasados que construiu uma teoria mais ampla e coerente foi a dos dependentistas. O avanço desses autores está no fato deles reconhecerem a relação hierarquizada que existe entre os países integrantes do sistema capitalista internacional, mas sem com isso concluir que a situação subordinada das nações periféricas é insuperável. A idéia principal dos dependentistas, particularmente contida em Cardoso e Falleto (1975), é que a associação entre o grande capital estrangeiro e grupos locais dos países dependentes poderia engendrar um processo de desenvolvimento interno. Essa dinâmica caracterizaria o desenvolvimento dependente-associado.

O fato é que o período pós-Segunda Guerra efetivamente forneceu bases para a superação do subdesenvolvimento, mesmo nos marcos do modo de produção capitalista. Enquanto durou Bretton Woods e foi hegemônico o paradigma fordista, havia chances relativamente grandes de superação do subdesenvolvimento para alguns grandes países periféricos. Grande quantidade de IED transbordava em direção à periferia. Ademais, era possível obter empréstimos de longo prazo num regime de relativa estabilidade, com controle do fluxo de capitais e câmbio fixo, o que facilita o planejamento. Concomitantemente, os Estados nacionais eram altamente participativos, com razoável margem de manobra para execução de políticas econômicas, que compensavam as debilidades de capacidade de investimento das burguesias locais. Todavia, poucos países lograram executar tal travessia.

O desenvolvimento a partir da dependência-associada, como propunham Cardoso e Falleto (1975), era efetivamente uma possibilidade. Ocorre que tal ponto de vista deveria ter incorporado outra possibilidade, qual seja: os elementos constituintes do sistema capitalista internacional mudarem a tal ponto que a associação-dependente não produzisse os mesmos frutos de outrora.

Efetivamente, uma hipótese generalizante como a proposta na presente seção, qual seja, a inviabilidade do desenvolvimento dependente-associado dos grandes países da América Latina no atual contexto histórico, é uma proposição arriscada. Cardoso e Falleto (1975, p. 7) já indicavam o perigo desse tipo de generalização: “(...) Falar da América Latina sem especificar dentro dela as diferenças de estrutura e de história constitui um equívoco teórico de conse-

qüências práticas perigosas”. Todavia, transcorrida mais de uma década, a hipótese mais se aproxima de uma constatação em retrospectiva, do que de uma conjectura sobre o futuro.

A falência da ordem constituída em Bretton Woods criou um contexto extremamente adverso para os países periféricos. As fontes de financiamento internacional apresentaram mudanças qualitativas bastante prejudiciais às nações dependentes. Pelo lado dos empréstimos, estes se tornaram demasiadamente voláteis com a desregulamentação financeira que se generalizou pelo mundo. Deste modo, mesmo em períodos de liquidez de recursos nos mercados internacionais, é muito complicado utiliza-los de modo planejado, uma vez que eles podem ser realocados repentinamente. No que tange aos IDE, após abandonarem a América Latina nos anos 1980, eles retornaram na década de 1990. Contudo, a possibilidade de incrementar a capacidade produtiva dos países periféricos e tornar sua economia mais complexa através da expansão dos IDE tem sido extremamente reduzida. O capital produtivo estrangeiro, no atual contexto histórico, quando aporta num país subdesenvolvido, em busca de alguma vantagem comparativa, restringe os efeitos multiplicadores produzido quando da vigência da hegemonia fordista (assim, importa a maioria dos componentes e não difunde tecnologia).

Por outro lado, os Estados periféricos tiveram a margem de manobra para execução de políticas de desenvolvimento bastante reduzida. O determinante essencial dessa mudança é bem caracterizado por Chesnais (1996, p. 16): “O capital monetário, obcecado pelo ‘fetichismo da liquidez’, tem comportamentos patologicamente nervosos, para não dizer medrosos, de modo que a ‘busca de credibilidade’ dos mercados tornou-se o ‘novo Graal’ dos governos”. Assim, os Estados nacionais se encontram permanentemente na condição de “reféns” das demandas do grande capital financeiro.

Cardoso (1996) propõe a seguinte questão: após o colapso de Bretton Woods, a generalização da Terceira Revolução Industrial e a derrocada do chamado socialismo real, estaria se constituindo a possibilidade de uma “nova dependência” entre o centro e a periferia capitalistas?

O autor não negligencia as alterações na ordem mundial, enfatizando o caráter segregacionista do atual contexto e descartando a repetição do desenvolvimento dependente-associado nas mesmas bases em que ele mesmo teorizou algumas décadas antes. Contudo, deixa transparecer que a integração à economia mundial é necessária, sob pena de marginalização da nação periférica em questão. Mais à frente seu otimismo torna-se evidente:

(...) classes e nações de vastas regiões do planeta, embora suas diferenças não tivessem sido abolidas, encontram-se às voltas com um espírito de globalismo e iluminismo. Tudo isso está agora sendo confundido por muitos como a vitória pela competição, pelo individualismo autoconfiante, pelo mercado, pelo capitalismo neoliberal (CARDOSO, 1996, p. 9) (grifos nossos).

A integração ao circuito do capital não foi suficiente para garantir um crescimento produtivo consistente dos grandes países periféricos latino-americanos, como foi verificado em outros tempos. Como afirmou Goldenstein (1994), a conjuntura que caracterizava o período de Bretton Woods acabou. Os resultados obtidos pelo México, que veremos mais à frente, apontam nessa direção.

Todavia, o desempenho medíocre, em termos de desenvolvimento econômico, que a re-inserção dos países latino-americanos ao circuito preferencial do grande capital internacional trouxe para os mesmos, não foi observada na totalidade da periferia. Alguns países da Ásia mantiveram ritmo de crescimento acelerado na década de 1990 e, por conseguinte, apresentaram trajetória bastante distinta da periferia latino-americana. Veremos mais à frente (ponto 3.3) como foi gritante a discrepância entre o desempenho, no período da presente pesquisa (1994-2003), das duas maiores economias latino-americanas, México e Brasil, em comparação com a Coreia do Sul.

Portanto, na perspectiva aqui adotada, os resultados questionáveis da adesão mexicana ao NAFTA e, no plano mais geral, sua reintegração ao circuito do grande capital internacional via implementação do Modelo Neoliberal, são corolários do quadro vigente na ordem mundial. Com isso não se busca defender que essa era a única via a ser adotada no México, mesmo do ponto de vista das elites locais. Apenas aponta-se que foi uma opção historicamente condicionada e que, fosse outro o contexto, poderia ter tornado a economia mexicana muito mais complexa e integrada.

3.2 DA INTEGRAÇÃO SILENCIOSA À INSTITUCIONALIZADA: O NAFTA, OU O A-PROFUNDAMENTO DO ATUAL MODELO

O NAFTA impulsiona o crescimento econômico e o comércio dinâmico e ao mesmo tempo cria alianças produtivas, se adapta à pequena e média empresa em marco de justiça e certeza. Os sócios do NAFTA promovem a proteção do meio ambiente e oferecem maiores oportunidades de trabalho na América do Norte (Governos do Canadá, EUA e México, 1999) (In: CEIP, 2003, p.4).

O processo de abertura comercial mexicana está completando vinte anos. Em 1985 o México deu os primeiros passos na reorientação do seu setor externo, aderindo ao GATT (órgão antecessor da Organização Mundial do Comércio). Inicialmente a abertura da economia nacional foi unilateral, como um dos mecanismos para aplacar o surto inflacionário surgido com a crise do início da década de 1980. Posteriormente começaram a ser consignados acordos bilaterais ou multilaterais, de modo que em 2004 o México já participava de acordos de livre comércio com 42 países (MAISONNAVE, 2004).

O Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) foi resultado de um acordo entre os ex-presidentes George Bush (EUA) e Carlos Salinas (México), em 1991, sendo efetivamente implementado três anos mais tarde. Na realidade, o NAFTA é oriundo de um tratado de integração econômica firmado, a priori, entre os Estados Unidos e o Canadá, posteriormente expandido para incluir o México. Tratou-se da criação da maior área de livre comércio do mundo, tanto em termos de população, quanto de PIB conjunto (SALVATORE, 2000). Além disso, foi um acordo com conotação especial, pois foi o primeiro no mundo a agregar países com níveis de desenvolvimento muito destoantes (CEIP, 2003).

Indicamos resumidamente no ponto 2.1 como a relação entre os EUA e o México tem sido historicamente conturbada, quando não sangrenta. Por outro lado, foi dito que os Estados Unidos são parâmetro de sucesso para os mexicanos, e o NAFTA fora apresentado como uma oportunidade de diminuir a discrepância de desenvolvimento entre as nações. Este argumento, como será rapidamente indicado mais à frente, encontra guarida nas correntes hegemônicas da teoria econômica. Contudo, na ótica aqui adotada, o cerne do processo de consecução do NAFTA reside em outro aspecto, qual seja, o acordo é elemento fundamental do MN mexicano e radicalizou-o. O recrudescimento da abertura comercial e a proteção dos investimentos estrangeiros imobilizaram ainda mais a capacidade de regulação do Estado, tornando um eventual re-norteamento das diretrizes básicas da economia do México bastante complexo. Além disso, segundo a CEIP (2003), a radicalização da abertura da conta capital do balanço de pagamentos também fez parte do acordo.

È verdade que a articulação entre as economias mexicana e estadunidense é secular. Os fluxos comerciais mexicanos e o aporte de IED sempre esteve predominantemente articulado aos EUA. O processo de reestruturação produtiva de parte do grande capital estadunidense na década de 1980 ocorreu com o deslocamento de parte da produção para o México (FERREIRA,

1994). Além disso, “(...) no México, as políticas de câmbio, juros e salário estão (*já eram em 1994*) extremamente ligadas as mesmas taxas nos EUA” (FERREIRA, 1994, p. 207). Enfim, já havia uma grande associação entre México e EUA antes da assinatura do acordo. Assim, mais do que de representar o aprofundamento do MN, a assinatura do NAFTA também institucionalizou um processo de associação entre as economias mexicana e estadunidense de muitos anos.

Tendo em mente o modelo de desenvolvimento econômico implantado no país a partir de 1982 e a longa trajetória de dependência do México em relação aos EUA,¹⁶ o ingresso mexicano no NAFTA pode ser interpretado como um processo “natural” de aprofundamento dos dois fenômenos. Todavia, vale questionar o enrijecimento das possibilidades de ação mexicana que essa institucionalização provocou, ou seja, se o NAFTA é o reconhecimento oficial de um processo em andamento, quão difícil será mudar tal trajetória, caso conclua-se que seus resultados não foram satisfatórios.

No que tange às bases do acordo, estas estiveram em sintonia com o revigoramento da ideologia econômico-liberal, que vem moldando resultados previsíveis nos processos de negociação e também nos acordos de livre comércio já consignados. Até os anos 70, as negociações comerciais, ainda com ênfase no multilateralismo, buscavam meios de promover melhores condições de inserção aos países em desenvolvimento. A partir da década seguinte, os acordos de integração econômica, mesmo quando realizados entre países com grandes disparidades econômicas, passaram a ter como tendência a não apresentação de cláusulas de compensações para eventuais perdas do participante mais fraco, ou que preservasse a capacidade de promoção de políticas de desenvolvimento pelo Estado menos desenvolvido (BUSTILLO; OCAMPO, 2003). Ou seja, neste contexto histórico, ainda vigente, impera o conceito “segundo o qual o objetivo básico das relações comerciais é brindar ‘um campo de jogo nivelado’ para o eficiente e livre funcionamento das forças de mercados” (BUSTILLO; OCAMPO, 2003, p. 15). Por fim, estão sendo evitados tratados de integração mais profundos, que permitam a livre circulação de mão-de-obra, por exemplo.

A implementação do NAFTA, baseada no “comércio justo” e mantendo um grau superficial de articulação entre os países. O NAFTA “(...) restringe-se a uma área de livre comércio, sem

¹⁶ “(...) o acordo de livre comércio celebrado entre Canadá, os EUA e o México – NAFTA – representa, com respeito ao México, o reconhecimento de uma situação de fato: sua dependência e integração à economia dos EUA” (FERREIRA, 1994, p. 209).

qualquer pretensão de aprofundar a integração além da redução de barreiras tarifárias e do compromisso dos Estados de introduzir algumas legislações de interesse do seu maior membro, os EUA” (PRADO, 1998, p.90).

Podemos observar isso nos principais objetivos explícitos acertados para o NAFTA:

(a) eliminar barreiras de comércio, **e facilitar movimentos fronteiriços de bens e serviços** entre os territórios das partes; (b) promover condições para **uma competição justa** na área de livre comércio; (c) crescer substancialmente as **oportunidades de investimento** nesses territórios; (d) promover adequada e **efetiva proteção de direitos de propriedade** intelectual no território de cada parte; (e) criar procedimentos efetivos para a implementação e aplicação deste Acordo, e de sua administração conjunta e solução de disputas; e (f) estabelecer uma estrutura para que cooperações futuras trilaterais, regionais e multilaterais se expandam e ampliem os benefícios desse acordo.¹⁷ (PRADO, 1998, p.91). (Grifos meus)

Sob uma outra ótica, qual seja, a teoria econômica ortodoxa, o acordo traria conseqüências bastante positivas para os mexicanos. O NAFTA criou a expectativa de que o México seria palco de um “milagre econômico” latino-americano (MORENO-BRID; ROS, 2004). Segundo os tradicionais modelos de Ricardo e Heschel e Ohlin, a abertura econômica aloca mais eficientemente os recursos de uma economia, induzindo à especialização nos setores em que o país possui vantagem comparativa relativa. Destarte, se amplia a fronteira produtiva interna, ou seja, a capacidade de produção de riquezas. Pelo modelo de HeO os salários pagos nos países envolvidos numa liberalização comercial tendem a convergir, assim como o custo do capital e demais preços (KRUGMAN; OBSTFELD, 2001). A tese de R. Sólow (1956) propõe que os acordos de livre comércio envolvendo países de diferentes níveis de desenvolvimento favorecem mais seus participantes com menor dotação de capital, que crescem mais rapidamente que seus parceiros, apontando para uma convergência de produtividade entre as nações envolvidas (WORLD BANK, 2003).

A defesa dos supostos benefícios oriundos da liberalização comercial pode ser observada também em Salvatore (2000). Segundo ele, a implementação do NAFTA iria favorecer o México de diversas formas, dentre elas: o incremento médio real da economia do país seria de 5,2% até 2005, dirigindo-se para um rápido crescimento em longo prazo; as perdas na agricultura seriam mais do que compensadas pelos benefícios advindos da indústria, tanto em termos de emprego, quanto do valor dos salários, que tenderiam a se aproximar das remunerações norte-americanas; a emigração para os EUA tenderia a se reduzir (SALVATORE, 2000).

¹⁷ North America Trade Agreement, Artigo 102, Versão de 15 de setembro, 1992. In: PRADO, 1998.

Os governos participantes – como mostrado no início desse ponto – e a teoria econômica ortodoxa não são os únicos a observarem um saldo positivo no acordo. Para o Banco Mundial, em recente relatório publicado, “(...) a principal conclusão acerca do NAFTA é que o comércio tem ajudado o México a se aproximar dos níveis de desenvolvimento dos seus parceiros no NAFTA”¹⁸ (WORLD BANK, 2003).

Para que não fiquemos restritos a apreciações normativas, nos próximos pontos da monografia serão apresentados resultados oficiais apresentados pela economia mexicana ao longo dos dez primeiros anos de vigência do NAFTA. Se não podem ser associados integralmente ao acordo, certamente o último tem sua parcela de contribuição, tanto nos aspectos positivos, quanto nos negativos, por conta da lógica complementar entre o ele e o MN.

3.3 ANÁLISE DO MODELO NEOLIBERAL: desempenho macroeconômico (1994-2003)

Foram indicadas no Ponto 2.2, de forma geral, as políticas de implementação do novo modelo de desenvolvimento adotadas pelo México. Há um relativo consenso relativamente a quais foram os principais elementos constituintes do processo de reformas, quais sejam: abertura do mercado doméstico para o comércio exterior, desregulamentação da economia, privatização das empresas públicas, liberalização financeira.¹⁹ Da perspectiva em que apresentamos o NAFTA, este é elemento essencial e de radicalização do Modelo Neoliberal (MN).

Resta agora acompanhar quais os resultados obtidos pela economia mexicana a partir do modelo e, por conseguinte, também do NAFTA, nos 10 primeiros anos de vigência do acordo. Inicialmente, isso será feito com base em indicadores da dinâmica macroeconômica do país. No capítulo 4, vamos observar mais especificamente o que ocorreu com o aparato produtivo mexicano.

O primeiro fato concernente às conseqüências do MN, e um dos mais relevantes, é que o processo de abertura produziu um grave desequilíbrio externo na economia mexicana. Nos anos 1980, após a crise de 1982, a conta corrente do balanço de pagamentos oscilou entre déficits e

¹⁸ Tradução Nossa.

¹⁹ Ver: Ferreira (1994), Moreno-Brid, Peres e Mattar (2002)

superávits.²⁰ Com o aprofundamento da implementação do MN – radicalização da abertura comercial – os déficits passaram a ser constantes, atingindo quase 5% do PIB já em 1991.

Esse patente desequilíbrio, associado à desregulamentação da conta capital, foi responsável pela crise de 1994-1995. A despeito daquele desastre, ainda hoje o México não está livre de eventuais crises no balanço de pagamentos, pois permanece no país a combinação explosiva de câmbio sobrevalorizado e fluxos de capitais financeiros desregulamentados. Mesmo com um elevado nível de reservas (US\$58 bilhões, ao final de 2003), a grande mobilidade de capitais pode desencadear, em caso de turbulências de qualquer origem, a fuga maciça de recursos e conseqüente crise cambial.

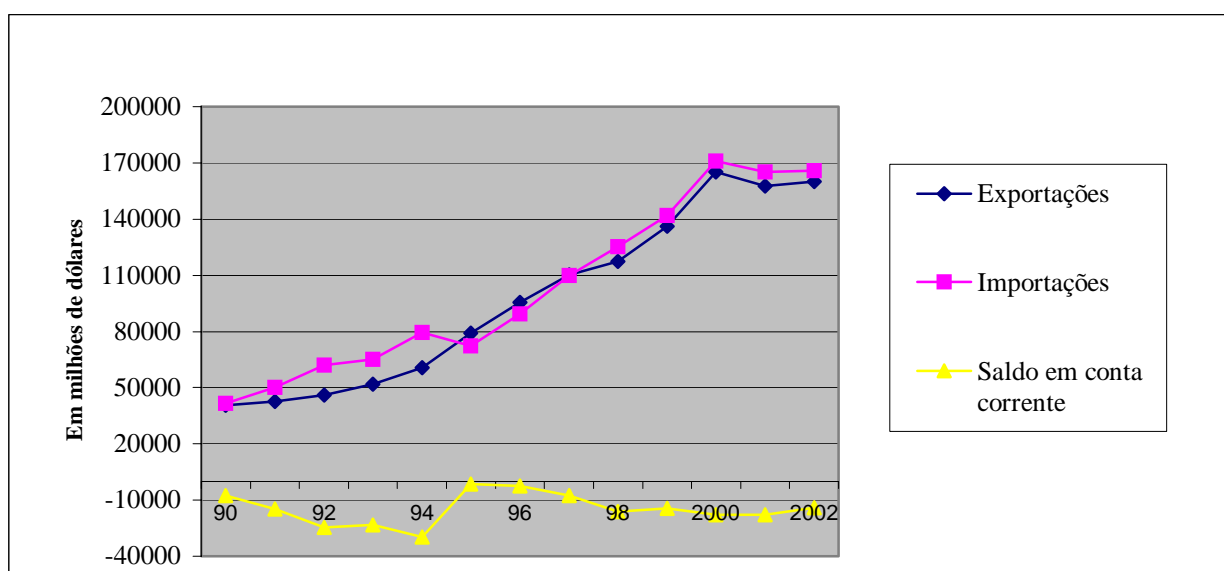


Gráfico 1 – Setor externo mexicano (1990-2002)

Fontes: DBLA e OECD

O gráfico 1 não deixa dúvidas relativamente ao crônico déficit em transações correntes apresentado pelo balanço de pagamentos mexicano desde 1990. Na maioria dos anos esse saldo negativo supera os US\$ 10 bilhões anuais. Apenas em 1995, epicentro da crise cambial, o déficit foi arrefecido, posteriormente retomando sua trajetória negativa.

O desempenho macroeconômico mexicano entre 1994 e 2003, no que concerne ao nível de atividade, pode ser dividido em três momentos. O primeiro, logo no ano da implementação do NAFTA, é marcado pela maior crise da economia do México desde a crise de 1929 (MORENO-BRID; ROS, 2004), com uma queda de mais de 6% do PIB em 1995. O segundo interva-

²⁰ Os dados dos próximos parágrafos foram obtidos pelo Banco de Dados da América Latina (DBLA).

lo, entre 1996 e 2000, marca a recuperação da economia mexicana, ancorada nas vendas externas e no ciclo de crescimento dos EUA. Por fim, após cinco anos de crescimento, entre 2001 e 2003 a economia volta a patinar, com queda do PIB *per capita* nos três anos consecutivos.

Em fins de 1994, a despeito do grande déficit em conta corrente que o balanço de pagamentos mexicano vinha apresentando, não houve desvalorização do câmbio mexicano, a partir da justificativa de que seria estimulada a inflação e que “seriam enviados sinais alarmantes ao mercado”, aumentando a saída de capitais e provocando uma crise do balanço de pagamentos (MORENO-BRID; ROS, 2004, p.51). Com ou sem “sinais alarmantes”, os capitais financeiros de curto prazo abandonaram abruptamente o México, provocando a primeira grande crise cambial num país periférico na “Era” Neoliberal. Elevação abrupta da inflação, queda do PIB e aumento do desemprego foram as conseqüências mais notáveis da crise.

Como foi apresentado na introdução deste trabalho, após cada crise do MN, apesar de ser aparentemente contraditório, as políticas do modelo têm sido radicalizadas na América Latina. Assim, com a eclosão da crise de 1994, a política recessiva foi aprofundada no México via restrição fiscal e monetária, além de ter sido acelerado a instituição das reformas liberalizantes (MATTAR; HERNANDEZ, 2002).

Após a grande recessão de 1995, a economia mexicana conseguiu se recuperar. Formatou-se uma onda de crescimento entre 1996-2000, que esteve estritamente ligada ao rápido incremento das exportações puxadas pelo ciclo de crescimento norte-americano (MORENO-BRID; ROS, 2004). Houve elevação do produto sempre acima de 3% ao ano, com destaque para os anos 1996 e 2000, que apresentaram incremento do PIB superior a 5%. Esses cinco anos de incremento consecutivo do PIB criaram uma série de expectativas otimistas, como uma suposta aproximação dos níveis de desenvolvimento mexicano e estadunidense.²¹

Contudo, em 2001, com o desaquecimento da economia dos EUA, termina o ciclo de crescimento mexicano. As exportações mexicanas tiveram seu processo de crescimento estagnado, e a interrupção do incremento do PIB apenas evidenciou a dependência quase total do nível de atividade da economia local em relação às vendas externas. Além da recessão norte-americana, Moreno-Brid, Peres e Mattar (2002) responsabilizam a valorização do peso frente

²¹ Ver World Bank (2003).

ao dólar pelo desaquecimento da produção no México. Assim, no triênio 2001-2003 desfez-se o mito do crescimento sustentável mexicano que já fora criado. Houve queda do PIB *per capita* nos três anos consecutivos.

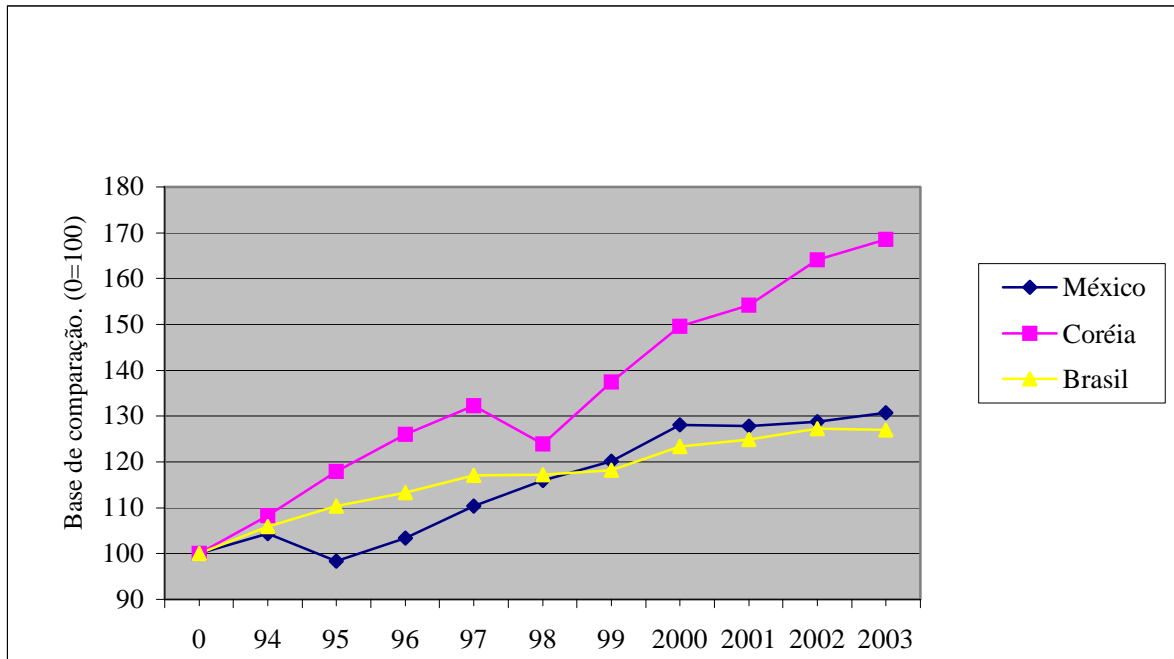


Gráfico 2 – Comparação do crescimento do PIB real: México, Coréia e Brasil, partindo da mesma base
Fontes: OECD e IBGE.

Como mais uma estratégia para a avaliação do desempenho da economia mexicana no período da pesquisa, cabe agora confrontar sua economia com outros países. O Gráfico 2 fornece uma comparação entre o desempenho de três das maiores economias periféricas do mundo, entre 1994 e 2003. Supôs-se que México, Brasil e Coréia estivessem no mesmo ponto inicial em 1993, para posteriormente cotejar a trajetória do crescimento do PIB das três nações. A observação do gráfico evidencia que nem toda a periferia obteve resultados medíocres no período da observação.

Brasil e México, companheiros na implantação do MN, mantiveram desempenho muito semelhante nos 10 anos contemplados pelo gráfico 2. O México apresenta leve variação em relação ao Brasil por conta da recessão verificada no último em 2003. A importância da comparação entre os dois países reside na explicitação do desempenho questionável da economia mexicana entre 1994 e 2003. Apesar do ingresso no NAFTA ter sido propagandeado como porta de entrada mexicana para o primeiro mundo (CANO, 1998), seu crescimento econômico foi qua-

se idêntico ao experimentado no Brasil, onde se considera os anos 1990 como uma segunda “década perdida”.

A Coréia, por outro lado, apresentou trajetória bastante distinta de México e Brasil. Mesmo com a grave crise cambial de fins de 1997, a economia do país cresceu a taxas significativas entre 1994 e 2003. Mesmo tendo aderindo à parte da plataforma liberalizante, o país pôde competir internacionalmente com a economia relativamente aberta. Assim, como apontado no ponto 3.1, a inviabilidade do desenvolvimento periférico na atual conjuntura do sistema capitalista parece reservada ao continente americano.

Há três explicações para essa discrepância entre o desempenho coreano e a trajetória dos maiores países latino-americanos. Belluzzo e Carneiro (2004) apontam as práticas neomercantilistas dos países asiáticos como o diferencial da sua inserção na economia mundial. Para Medeiros (1997), a diferença entre o desempenho asiático e latino-americano reside nas possibilidades oferecidas pelas potências capitalistas mais próximas. Enquanto o Japão permite que seus vizinhos asiáticos se integrem no cenário internacional com base na produção de mercadorias complementares à economia japonesa, os Estados Unidos concorrem com a periferia latino-americana na venda de quase todas as mercadorias. Assim, os EUA concorrem com seus vizinhos menos afortunados, enquanto o Japão estimula a complementaridade entre as economias mais próximas, estimulando seu desenvolvimento.

Contudo, o que parece ter sido o elemento mais importante nesse desempenho discrepante da Coréia do Sul em relação a México e Brasil parece ser o caminho percorrido *a priori*. Canuto (1994) apresenta um amplo panorama das estratégias sul-coreana de superação do subdesenvolvimento. Refutando as concepções liberais, que imputam à abertura econômica o mérito pela evolução do país, o autor demonstra o papel ativo e preponderante do Estado sul-coreano na construção de uma economia capitalista bastante dinâmica. Investimentos maciços em fontes de financiamento e inovação autônomos foram associados ao estímulo à formação de grandes capitais domésticos. Assim, quando o período sob a égide de Bretton Woods se esgotou, a Coréia do Sul já estava preparada para enfrentar um cenário internacional altamente restritivo.

Portanto, fica claro que a economia mexicana não passou pelo “milagre econômico” que era esperado após sua re-inserção na economia mundial (MORENO-BRID; ROS, 2004). Muito

pelo contrário, os resultados da dinâmica macroeconômica mexicana entre 1994 e 2003 são, no mínimo, contestáveis. Além do déficit permanente em conta corrente, que ainda hoje se mantém, a trajetória do PIB foi oscilante, terminando o período com uma média de crescimento muito abaixo das taxas históricas do pós-Segunda Guerra Mundial.

4 DINÂMICA DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS DIRETOS E FLUXOS COMERCIAIS NO PERÍODO PÓS-NAFTA (1994-2003): a simplificação da economia mexicana

Como já foi indicado e resumidamente discutido no capítulo 2, após o esgotamento²² do Modelo de Substituição de Importações (MSI) foi implantado no México uma estratégia de desenvolvimento voltada, grosso modo, à proeminência do mercado e da iniciativa privada frente ao Estado como agente propulsor da economia. Pelo seu norte claramente privatizante e liberalizante, e por conta de sua similitude relativamente aos modelos adotados em outros países latino-americanos, optamos por chamá-lo de Modelo Neoliberal (MN), a despeito das controvérsias que tal denominação possa suscitar.

No capítulo 3 tentou-se discutir, num plano mais abstrato, como a estratégia de desenvolvimento dependente-associado pela qual o México tentou enveredar esteve altamente restringida por conta da conjuntura internacional que passou a se constituir a partir do colapso de Bretton Woods. Em seguida, apresentou-se o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) como um aprofundamento do MN mexicano. Por fim, numa análise breve, pretendeu-se explicitar a dinâmica e as contradições macroeconômicas internas engendradas pelo modelo implantado no México entre 1994 e 2003.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar, partindo de dados oficiais mexicanos e do Banco Mundial, os efeitos causados pela re-inserção mexicana no circuito preferencial do grande capital internacional na base produtiva local. Pretende-se levantar a **hipótese da inviabilidade do desenvolvimento dependente-associado latino-americano na atual conjuntura do capitalismo mundial** para um plano mais concreto. Mostrar-se-á que o corolário do retorno do México à posição de importante parceiro do grande capital internacional – da qual havia sido preterido nos anos 1980 – foi a simplificação da economia nacional e a manutenção de baixos níveis de investimentos, que produziu o desencadeamento de cadeias produtivas, desestruturação de mercados internos, separação entre o aparelho produtivo local e a produção de mercadorias para exportação. Em síntese, a economia mexicana formatou-se para que sua dinâmica fosse quase exclusivamente alicerçada pelas vendas externas, contudo, o incremento das exportações tornou-se condição necessária, mas não suficiente, para a expansão do produ-

²² Contradizendo a visão dominante, Moreno-Brid e Ros (2004, p.56) afirmam que “por mais que não se esteja disposto a defender todos os aspectos das estratégias (mexicanas) de desenvolvimento do passado, não havia razão para definir que a crise se deveu ao esgotamento das ditas estratégias”.

to local. Destarte, além da pífia média de crescimento – como já foi visto no capítulo anterior –, o produto interno apresentou grandes oscilações, sem que seja razoável indicar qualquer tendência de progresso sustentável do PIB mexicano num futuro próximo.

4.1 AS EVIDÊNCIAS DA RE-INSERÇÃO MEXICANA

A década de 1980 foi um período de escassez de recursos externos para os países capitalistas retardatários, particularmente os da América Latina. Os IDE preteriram a região, passando a se concentrar entre os próprios países avançados, ou migrando para a Ásia. Além disso, os recursos em forma de capital financeiro abandonaram as nações latino-americanas após a crise da dívida, no começo da década. O México, assim como o resto da periferia do continente, encontrou imensas dificuldades para retomar o processo de avanço das forças produtivas locais, dada a condição de dependência em que estruturalmente se encontravam – a despeito dos progressos do período de vigência do MSI. Na realidade, a partir de 1982, até o final da década, a economia mexicana oscilou entre a estagnação e a recessão, com média de incremento do PIB inferior a 1% ao ano.²³

Os anos 1990 trouxeram consigo alterações significativas no que tange aos fluxos de recursos entre o centro capitalista e a periferia latino-americana. Após quase uma década de penúria, os capitais forâneos voltaram a freqüentar o território abaixo do rio Grande, principalmente os grandes países da região (México, Brasil e Argentina). No México, que iniciou as chamadas reformas a partir de meados dos anos 1980, os IDE retornaram de forma significativa a partir de 1991 (passando de US\$ 2 bi para US\$ 4 bi) e apresentaram grande incremento depois de 1993 (US\$ 15 bi, em 1994). A hipótese mais divulgada atribui a volta dos recursos às reformas, contudo, cabe ao menos questionar se os recursos forâneos, numa conjuntura de transbordamento como aquela, não teriam aportado em grandes países atrasados que selecionassem a adoção de outras políticas e não apenas as liberalizantes.²⁴

²³ Dados do BANXICO.

²⁴ A implantação de controle dos fluxos de capitais financeiros em alguns países periféricos (Argentina, Chile e Malásia, por exemplo) não provocou qualquer reversão de tendência na entrada de recursos nestas nações. As entradas e saídas de recursos parecem atingir a todos indiscriminadamente. Em outras palavras, nos períodos de liquidez, os capitais se espalham pela periferia indistintamente.

Independente dos determinantes externos, o fato concreto é que o México efetivamente voltou a ser rota preferencial do circuito do grande capital internacional. O crescimento dos IDE foi patente, bem como o retorno dos capitais financeiros. Na década de 1980 a entrada de IDE no México variava entre US\$ 1 e US\$ 2 bilhões anuais. No período concernente à presente pesquisa (1994-2003) os investimentos estrangeiros foram seguidamente superiores a US\$ 10 bilhões anuais.

Tabela 1 - Investimento Externo Direto aportado no México, em US\$ bilhões

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
15.062,7	9.654,5	9.960,6	14.195,1	12.284,8	13.165,6	16.448,7	26.569,2	14.435,3	10.731,4

Fonte: MÉXICO. Ministério da Economia (2004).

Além da implementação das reformas, a participação no NAFTA é usualmente apontada como provável responsável por este aumento significativo e, em grande medida, certamente o é. Mais uma vez, deve-se ressaltar, contudo, que países como Brasil e Argentina, mesmo não fazendo parte de acordos comerciais com países ricos, também foram grande receptores de IDE na década de 1990.²⁵

A partir dos anos 1990 o México também passou a ser palco preferencial para o aporte de capitais financeiros internacionais, que se somaram aos citados recursos externos produtivos no financiamento da economia local. O pico da entrada de capitais em portfólio ocorreu em 1993, quando cerca de US\$ 29 bilhões penetraram no México. A crise de fins de 1994 estimulou a saída de quase US\$ 10 bilhões no ano seguinte. Contudo, os capitais de curto prazo voltaram a financiar a economia mexicana a partir de 1996 (MORENO-BRID, PERES e MATTAR, 2002). Nesse caso, como na questão concernente aos IDE, cabe o dissenso entre o retorno dos recursos por conta do recrudescimento das reformas, ou motivado pelo escoamento generalizado de capitais financeiros após a crise.

Além do aumento contínuo e significativo dos IDE e dos capitais financeiros – exceção feita ao período da crise 1994-5 - aportados no México, sua re-inserção na economia mundial pode ser inferida pelo grande incremento do comércio internacional sobre o PIB. A tabela 2 apresenta o brutal crescimento da importância de exportações e importações para o conjunto da economia mexicana. De menos de 30% em relação ao PIB na primeira metade da década de

²⁵ Ver em World Bank (2003) a mesma ressalva.

1980, a soma das importações e exportações do país supera o patamar 75% em comparação ao produto interno.

Tabela 2 - México. Indicadores selecionados

	1980-85	1985-93	1994-01
Comércio Internacional sobre PIB	28.1%	37.0%	75.7%
IED das privatizações sobre PIB	1.1%	1.2%	2.9%
Outros IED sobre PIB	1.1%	1.2%	3.0%

Fonte: Banco Mundial.

Os números agregados por ano (tabela 3) comprovam o crescimento vertiginoso das exportações e importações mexicanas. Esse crescimento parece ser, em grande parte, conseqüência da abertura comercial proporcionada pelo NAFTA. Entre 1988 e 1993 as vendas externas já vinham apresentando rápido incremento, passando de US\$30 bilhões para US\$51 bilhões, contudo, explodiram efetivamente no período pós-NAFTA. Atualmente o México é o sétimo maior exportador do mundo (MAISONNAVE, 2004), superando o patamar de US\$160 bilhões vendidos em 2003. Moreno-Brid e Ros (2004), todavia, buscam relativizar a importância da abertura comercial neste processo, pois entendem que grande parte do aumento das exportações mexicanas é devido a fatores do período em que ainda vigorava o MSI.²⁶

Como não cabe aqui analisar se a volta do México ao circuito preferencial do grande capital internacional foi apenas fruto das reformas, ou conseqüência de um período de transbordamento generalizado de recursos, também não há espaço para especular se a significativa elevação das vendas externas é mais derivada da abertura comercial, ou corolário de fenômenos anteriores à mesma. O que interessa aqui não são os determinantes desses fenômenos, mas a forma como ocorreram e as conseqüências que trouxeram para a economia mexicana.

²⁶ As sucessivas desvalorizações, as reformas da política industrial e o avançado processo de intercâmbio intra-firmas já na década de 1980 seriam, em parte, responsáveis pela explosão das exportações mexicanas (MORENO-BRID; ROS, 2004).

Tabela 3 - Exportações e importações do México

(Milhões de dólares)

Período	Exportação	Importação	Saldo
1995	79 541.6	72 453.1	7 088.5
1996	95 999.7	89 468.8	6 531.0
1997	110 431.4	109 807.8	623.6
1998	117 459.6	125 373.1	-7 913.5
1999	136 391.1	141 974.8	-5 583.7
2000	166 454.8	174 457.8	-8 003.0
2001	158 442.9	168 396.5	-9 953.6
2002 ^P	160 762.7	168 678.9	-7 916.2
2003	164 860.3	170 550.6	-5 690.3

Fonte: Banxico, secretaria de economia e INEGI.

Assim, os dados apresentados concernentes à economia mexicana, particularmente entre os anos 1994 e 2003, deixam poucas dúvidas de que: primeiro, ela voltou a ser palco preferencial de aporte dos IED e dos investimentos em portfólio; segundo, que o comércio exterior tornou-se o “motor” da economia local.

O que se pretende argumentar nos próximos pontos, utilizando quantidade razoável de dados oficiais, é que as bases em se que constituiu a re-inserção do México à posição de parceiro preferencial do grande capital internacional e seu posto de grande nação exportadora foram problemáticas, tendo como uma de suas conseqüências a simplificação da economia local. Os recursos financeiros aportados nos anos pesquisados foram majoritariamente canalizados para consumo, sendo preteridos os investimentos produtivos. Os IED, quando não estiveram associados à aquisição de capacidade já instalada (empresas estatais ou privadas), parecem ter aportado no México dentro da nova lógica das atividades transnacionais, qual seja: produz-se em cada ambiente de acordo com as vantagens comparativas locais, de forma fragmentada; por conseguinte, foram destruídos mercados internos e os elos da cadeia produtiva local, diminuindo os efeitos *para frente e para trás* da produção. Há um setor moderno e internacionalmente integrado na economia mexicana, e um setor interno com poucas conexões com a parte dinâmica da economia local.

Por conta da orientação predominantemente exportadora, os ciclos econômicos locais são quase totalmente determinados de fora para dentro, contudo, mesmo em períodos de elevação das exportações, não há garantias de que a expansão das vendas externas engendre incremento produtivo no conjunto da economia, por conta da dicotomia entre o setor externo e interno da economia do México. É este ponto que desenvolvemos nos dois tópicos seguintes.

4.2 MODELO NEOLIBERAL E REDUÇÃO DAS TAXAS DE INVESTIMENTO

Um dos principais argumentos utilizados para justificar as reformas liberalizantes no México foram os supostos incremento e melhora da eficiência dos investimentos produtivos que ocorreriam com a liderança das inversões concedida ao mercado. Os agentes privados, em sintonia com as premissas básicas do pensamento econômico ortodoxo, seriam mais aptos a alocar os recursos produtivos do que o Estado. Desse modo, o corte dos investimentos estatais e a desregulamentação da economia seriam condições necessárias e suficientes para pavimentar a estrada do crescimento sustentado mexicano (MORENO-BRID, MATTAR, PERES, 2002).

Olhando retrospectivamente, após quase vinte anos de implementação do MN, é possível verificar a validade de tais expectativas. O fato é que os investimentos não aumentaram, mas ao contrário, diminuíram como proporção do PIB mexicano. Além disso, segundo Moreno-Brid, Mattar e Peres (2002), não há qualquer sinal que permita vislumbrar a configuração de uma trajetória ascendente e sustentável da taxa de investimento no México.

Efetivamente, corroborando as expectativas em torno das reformas, a participação do setor privado na formação bruta de capital no México aumentou significativamente. Constituindo apenas 56% do total em 1980-1981, os investimentos privados passam para 76% dez anos mais tarde e 84% no final da década de 1990 (MORENO-BRID; ROS, 2004). Todavia, Moreno-Brid e Ros (2004) chamam a atenção para o fato do aumento da participação privada na taxa de investimento ser mais decorrente da queda da taxa de investimento como percentual do PIB, do que do aumento absoluto dos investimentos particulares.

Tabela 4 - Investimento total no México (como proporção do PIB)

1970-1975	1976-1980	1980-1985	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
21,3	22,3	20,8	19,4	18,6	19,3	14,6	16,1	18,3	19,3	19,9	20,5	19,5	19,3

Fontes: CEPAL e INEGI. In: Moreno-Brid, Mattar e Peres (2002).

A participação dos investimentos como percentual do PIB mexicano após o início dos anos 1990 só superou 20% uma vez, ao passo que foi constantemente maior do que esse percentual ao longo de todos os anos até o início da década de 1980, como pode ser observado a partir da tabela 4.

Os investimentos estatais, que no início da década de 1980 chegaram a atingir mais de 10% do PIB, no início da atual década mal superaram 3% da mesma relação. Esse decréscimo significativo dos investimentos públicos, parte importante do MN, não foi compensado por um aumento mais do que proporcional das inversões privadas, como era esperado. Uma das explicações para tal fenômeno reside no fato de que a participação dos recursos particulares foi, principalmente no caso das estatais privatizadas, mas também no que concerne aos IDE, canalizada para a aquisição de capacidade produtiva já instalada (MORENO-BRID, MATTAR, PERES, 2002).

A problemática da dinâmica do investimento em países periféricos, cujo debate atualmente tem girado em torno da polêmica quase maniqueísta entre Estado e mercado, já foi discutida de forma convincente. Furtado (1992) formulou, há muitos anos, uma análise ampla acerca do comportamento das inversões em países subdesenvolvidos que transcende muito os chamados fatores econômicos. O autor utiliza o conceito de “modernização” como cerne do seu argumento. Segundo ele, o baixo nível de investimentos que caracteriza os países subdesenvolvidos é corolário dos altos gastos com consumo feitos pelas elites locais, ao tentarem continuamente reproduzir os padrões de consumo dos países centrais. Essa “modernização” dos gastos implica o surgimento das inovações nas economias periféricas pelo lado da demanda, ao invés delas aparecerem no processo de concorrência entre os ofertantes. Mais precisamente, as novas técnicas são incorporadas, não havendo fonte endógena de inovação. Desse modo, não há barateamento dos meios de produção e o montante de recursos necessários à aquisição das tecnologias termina achatando as possibilidades locais de inversão.

Esse processo é auto-alimentador, donde surge a necessidade da intervenção estatal para que o círculo vicioso seja quebrado, e exista a possibilidade de canalização de recursos suficientes para aumentos significativos da capacidade produtiva local. O caso México oferece abrigo ao argumento de Furtado (1992). As maiores taxas de investimento como proporção do PIB da história mexicana ocorreram exatamente quando era grande a participação do investimento público no total das inversões.

Numa visão menos totalizante, mas ainda assim crítica da apologia ao funcionamento espontâneo do mercado, Moreno-Brid e Ros (2004) responsabilizam a excessiva retirada do Estado da organização da economia pela redução das taxas de investimento no México após as re-

formas. Os recursos forâneos oriundos da re-inserção mexicana no circuito preferencial do grande capital internacional foram majoritariamente canalizados para o consumo, ao invés de empregados em investimentos. Para os autores, isso ocorreu porque não houve políticas públicas setoriais de incentivo à inversão, já que se acreditava na automática eficiência alocativa do mercado. Moreno-Brid e Ros (2004) também salientam o efeito prejudicial que a diminuição dos investimentos estatais provocaram no conjunto da economia mexicana, uma vez que as inversões públicas são historicamente fomentadoras de externalidades positivas.

Os números apresentados anteriormente deixam pouca margem para dúvidas. A fé no espontaneísmo das forças de mercado não encontrou respaldo na realidade. Assim, o esperado processo de incremento da taxa de investimento da economia mexicana acabou configurando-se no inverso, ou seja, houve diminuição da proporção de inversões em relação ao PIB após a implantação do MN. O reduzido nível de investimentos, uma das características centrais das economias subdesenvolvidas, mostra-se, hoje mais do que nunca, como um dos principais entraves ao avanço das forças produtivas mexicanas.

4.3 A DESESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA MEXICANA

Como indicado no capítulo 2, a despeito da grande evolução que a economia do México experimentou entre o período pós-Segunda Guerra e o início dos anos 1980, nunca houve a complementação do paradigma fordista na indústria local. Destarte, os efeitos multiplicadores oriundos dos encadeamentos produtivos estiveram parcialmente comprometidos na economia mexicana, mesmo no período de rápido crescimento (FERREIRA, 1994).

O que se propõe apresentar nesta seção são indícios de que os encadeamentos produtivos mexicanos, já prejudicados pela ausência de um setor de produção de bens de capital, foram reduzidos significativamente após a implantação do MN e seu aprofundamento consubstanciado na assinatura do NAFTA. Estratificou-se uma dicotomia entre o principal setor produtivo mexicano – o externo – e o resto da economia, havendo vínculos pouco virtuosos entre ambos, do ponto de vista do aumento da produção. Desse modo, dentre outras implicações da perda de elos na cadeia produtiva do México, destaca-se o fato das vendas externas apresentarem trajetória pouco relacionada com o resto da economia.

Um indício bastante significativo dessa “desconexão” entre o ramo voltado para as exportações e os setores envolvidos com o mercado interno mexicano pode ser observado nos gráficos 3 e 4. Muito provavelmente, a comparação entre os dois gráficos constitui o cerne do presente texto, pois permite inferir a complexidade do dilema em que se encontra o México.

O México e a Coréia do Sul são países notabilizados pelo alto dinamismo do setor exportador. Segundo dados da OECD, o México já supera a Coréia em valor exportado em dólares. Os gráficos 3 e 4 abaixo apresentam as trajetórias das exportações e do PIB mexicano e sul-coreano, respectivamente, partindo da mesma base. Fica claro no cotejo entre as figuras que, enquanto a produção e as vendas externas sul-coreanas apresentam uma tendência bastante similar, as exportações e o PIB mexicano mostram-se pouco relacionados.

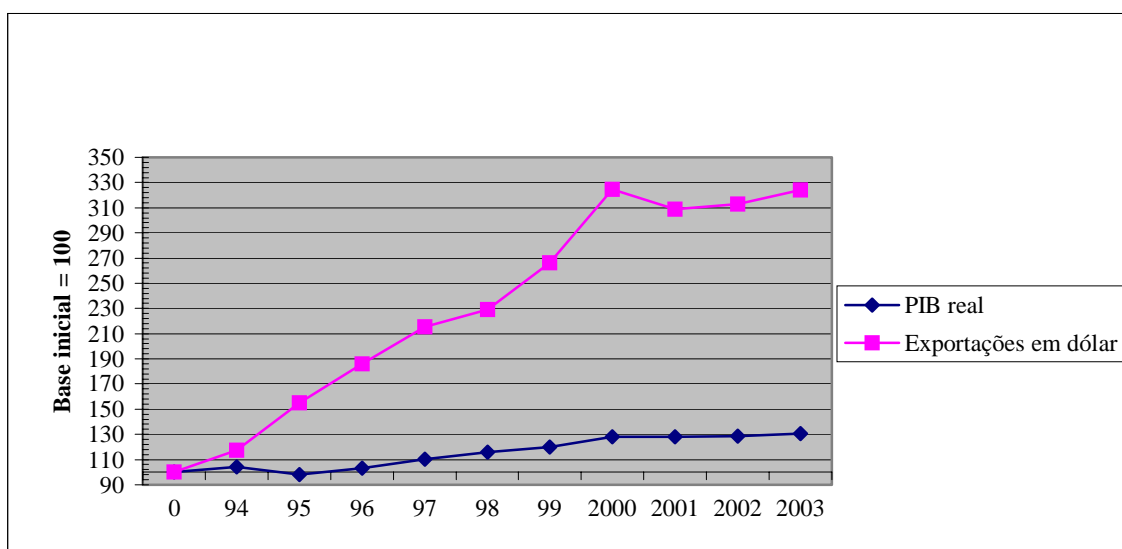


Gráfico 3 – Evolução do PIB e exportações mexicanas a partir da mesma base

Fonte: BANXICO

O período de rápido aumento das exportações do México – entre 1994 e 2000 - não é acompanhado por uma elevação proporcional do PIB. Por outro lado, quando há estancamento das vendas externas, a economia automaticamente reduz a taxa de crescimento – 2001 a 2003. Portanto, parece que o incremento das vendas externas tornou-se condição necessária, mas não suficiente para a expansão do produto local.

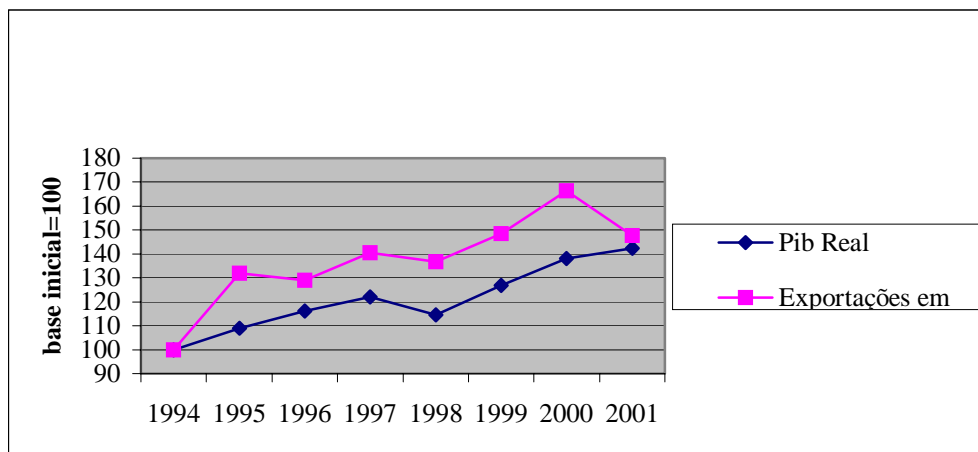


Gráfico 4 – Comparação entre variação das exportações e PIB sul-coreano, a partir da mesma base
 Fonte: OECD

Um dos argumentos que poderia explicar essa desconexão entre crescimento das vendas externas e incremento do PIB mexicano é o fato das importações caminharem praticamente coladas às exportações, por conseguinte, não haveria formação de saldos comerciais que puxassem o resto da economia. Na Coreia, a despeito do que se propaga, também não teve saldos comerciais contínuos ao longo dos anos observados.²⁷

Desse modo, reforça-se o indício de desestruturação produtiva no México. Se a economia mexicana estivesse se tornando mais complexa, o aumento continuado das exportações, mesmo que acompanhado de igual variação das importações, deveria engendrar crescimento mais significativo do produto local através de efeitos multiplicadores internos – como ocorre no caso sul-coreano. Isso é ainda mais dramático pelo fato da economia mexicana ter se formatado para sua dinâmica ser pautada pelas vendas externas – ver tabela 2.

O processo de desestruturação da economia mexicana, segundo nossa ótica, é corolário das estratégias de organização das grandes empresas transnacionais, somadas a abertura comercial por que passou a economia local. No período de hegemonia do fordismo, o aporte do grande capital produtivo internacional tornava as economias periféricas mais complexas. Criava-se uma série de efeitos multiplicadores através da constituição de uma cadeia produtiva até o produto final. Auxiliava nesse processo a proteção do mercado interno, que estimulava a produção local dos componentes das mercadorias.

²⁷ Informação da OECD.

A abertura comercial no México provocou a desestruturação de grande número de mercados internos (MORENO-BRID; ROS, 2004). Por outro lado, no atual estágio da concorrência entre os grandes capitais, os IED adotam comportamentos diversos daqueles adotadas há algumas décadas atrás. Chesnais (1996) e Dupas (2000) analisam detalhadamente as novas estratégias do grande capital produtivo internacional. Com a flexibilidade dos meios de produção e a desregulamentação das economias, as empresas transnacionais passaram a fracionar seus processos produtivos. Desse modo, apenas parte do processo de produção é instalada em cada país, até obtenção do produto final. A redução dos custos de produção é levada ao limite, de forma a aproveitar vantagens comparativas específicas de cada país (DUPAS, 2000).

Essa estratégia do grande capital internacional faz com que suas instalações mantenham reduzidas articulações com o conjunto da economia do local onde estão hospedados cada fragmento do processo produtivo. É por conta disso que, no México, “apesar do seu dinamismo, muito – se não a totalidade – dos setores e empresas exportadoras carecem de encadeamentos internos, e outras indústrias têm presenciado a desintegração de seus encadeamentos” (MORENO-BRID, ROS, 2004, p. 50).

As vendas externas mexicanas são predominantemente articuladas a grandes empresas, a maioria delas estrangeiras, que possuem reduzidos vínculos com o aparato produtivo interno. Segundo Mattar e Hernandez (2002), também as empresas que produzem para o mercado interno se abastecem majoritariamente com produtos importados.

Tabela 5 - Exportações mexicanas: total por destino

(Milhões de dólares)

Zona geo-econômica e país	1997	1998	1999	2000	2001	2002 ^p
Total FOB	110 431.4	117 459.6	136 391.1	166 454.8	158 442.9	160 762.7
Associação Latino-americana de Integração (ALADI)	3 737.3	2 992.8	2 172.7	2 890.2	3 026.9	2 609.6
Brasil	703.0	535.7	399.4	517.2	585.0	480.9
Mercado Comum Centroamericano (MCC)	1 114.2	1 282.7	1 258.9	1 364.1	1 444.2	1 421.8
Resto de América Latina	907.0	880.3	838.0	823.7	699.9	725.0
Mercado Común do Caribe (CARICOM)	202.5	225.3	168.8	235.1	239.1	386.4
Canadá	2 156.7	1 521.0	2 391.3	3 353.1	3 069.5	2 806.0
Estados Unidos	94 453.5	103 265.5	120 588.1	147 898.3	140 483.9	143 256.9
Resto de América	710.2	479.9	773.0	1 150.6	1 134.5	1 171.0
União Européia	4 020.3	3 906.6	5 209.6	5 610.2	5 334.1	5 217.7
Otros no declarados de UE	0.0	0.0	0.0	0.1	1.5	3.3
Resto de Europa	465.9	426.8	627.6	814.6	577.2	556.2
Asia (excluido Medio Oriente)	2 178.2	1 894.3	1 891.7	1 906.5	1 915.9	2 085.7

^p Cifras preliminares.

^a As cifras referentes a estes países se apresentam conforme a Divisão Política anterior. Assi mesmo a partir da informação correspondente a julho de 2000, Se reestruturaram os blocos econômicos da Europa, ficando dividido em União Européia e Resto da Europa.

^c A partir do mês de dezembro de 2000, Rússia Federação e a ex-União Soviética se incluem no bloco Resto da Europa.

Fuente: Grupo de trabajo: SHCP-BANXICO-SE-INEGI. Estadísticas del Comercio Exterior de México.

Outra questão concernente aos impasses da economia mexicana está associada à demanda por suas exportações. O direcionamento da quase totalidade das exportações mexicanas para os EUA, como pode ser observado na tabela 5, não surpreende. Essa associação é um processo longo, ao qual já se fez referência na seção 3.2.

Em si mesmo, o fato da esmagadora maioria das vendas externas mexicanas dependerem da demanda estadunidense não é um problema premente. Efetivamente configura-se uma situação de brutal dependência do nível de atividade do país vizinho, todavia, o Canadá também é bastante dependente da economia dos EUA e nem por isso deixa de ser um país desenvolvido. O problema é que a qualidade da dependência mexicana não favorece o desenvolvimento local.

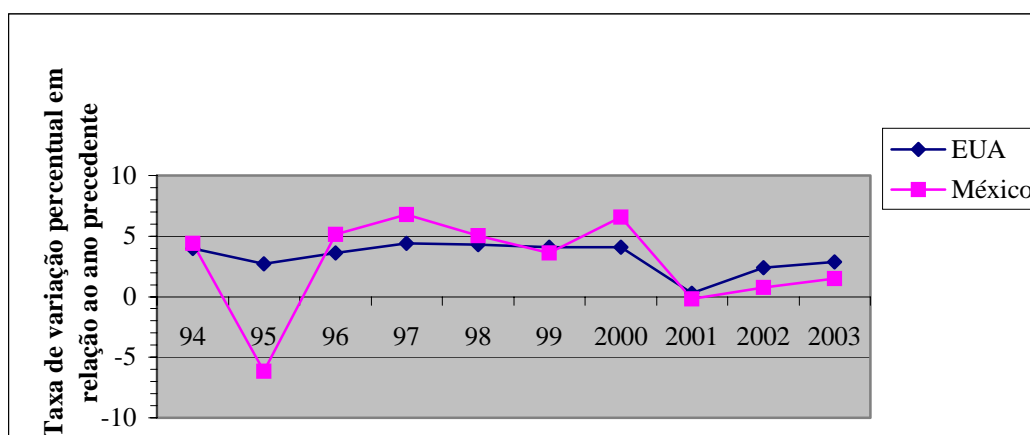


Gráfico 5 – Taxa de crescimento do PIB. Desempenho comparado, EUA e México
Fonte: OECD

A partir do Gráfico 5 é possível observar que, grosso modo, o PIB México consegue acompanhar a trajetória da economia estadunidense. Contudo, fica claro que a tendência mexicana possui mais oscilações. A principal conclusão do relatório do Banco Mundial (2003) é que o NAFTA tem auxiliado a economia mexicana a reduzir a distância que a separa das economias desenvolvidas. Acontece que a distância entre o México e os EUA não tem diminuído. A renda per capita mexicana em 2001 correspondia a 22% da renda por habitante nos EUA, enquanto em 1981 equivalia a 31% na mesma comparação. Desse modo, em 2001 a distância entre os EUA e o México era semelhante a discrepância de 50 anos atrás (MORENO-BRID, MATTAR, PERES, 2002). O incremento do produto mexicano em 2002 e 2003 esteve abaixo

do desempenho estadunidense, conseqüentemente, a defasagem entre os ganhos por habitante necessariamente cresceram.²⁸

Tabela 6 - México: Importações por tipo de bem

(Milhões de dólares)

Período	Total	Bens de consumo	Bens de uso intermedio	Bens de capital
1995	72 453.1	5 334.7	58 421.1	8 697.3
1996	89 468.8	6 656.8	71 889.6	10 922.4
1997	109 807.8	9 326.0	85 365.7	15 116.1
1998	125 373.1	11 108.5	96 935.2	17 329.4
1999	141 974.8	12 175.0	109 269.6	20 530.1
2000	174 457.8	16 690.6	133 637.3	24 129.9
2001	168 396.5	19 752.0	126 148.8	22 495.7
2002 ^P	168 678.9	21 178.4	126 508.0	20 992.5
2003	170 550.6	21 509.0	128 831.8	20 209.8

Fonte:Banxico, secretaria de economia e INEGI

Tabela 7 - México: Exportação por tipo de bem

(Milhões de dólares)

Periodo	Total	Bens de consumo	Bens de uso intermedio	Bens de capital
1995	79 541.6	23 252.9	44 184.2	12 104.5
1996	95 999.7	28 412.7	51 190.5	16 396.5
1997	110 431.4	32 915.1	56 909.7	20 606.6
1998	117 459.6	37 959.1	54 814.3	24 686.1
1999	136 391.1	42 312.4	63 845.0	30 233.7
2000	166 454.8	49 048.0	80 756.1	36 650.7
2001	158 442.9	46 541.9	73 288.8	38 612.1
2002 ^P	160 762.7	42 912.7	74 666.6	43 183.4
2003	164 860.3	39 141.9	81 439.7	44 278.7

Fonte:Banxico, secretaria de economia e INEGI.

As tabelas 6 e 7 apresentam as dinâmicas das exportações e importações mexicanas entre 1995 e 2003, discriminando-as por tipos de bem. As exportações mais do que dobram no período. Note-se que elas se concentram cada vez mais em bens intermediários e de capital. Isso sinaliza que o México cumpre papéis especializados nas diversas cadeias produtivas, e que as vendas externas mexicanas são majoritariamente transações intrafirmas. Dupas (2000, p.47) explica como funciona essa lógica:

Em 1994, a UNCTAD estimava que mais de 30% de todo o comércio internacional era efetuado dentro das corporações (intracorporações transnacionais). Isso decorre do fato de atualmente o processo de produção ter possibilitado um aproveitamento mais eficiente das diferenças de dotação dos fatores nas diversas regiões do mundo, levando as empresas a localizar cada uma de suas inúmeras etapas de produção nos ambientes mais adequados para desenvolvê-las.

²⁸ Vale ressaltar que a taxa de crescimento populacional no México é superior à dos EUA.

Assim, no México as grandes empresas internacionais produzem, em geral, etapas intermediárias da consecução das mercadorias. No âmbito desse processo, as chamadas maquiladoras, que descrevemos sucintamente no ponto 2.2 dentro da lógica da SCI, cumprem papel preponderante. Mais ainda, as maquiladoras vêm avançado sobre a estrutura produtiva mexicana significativamente.

Tabela 8 - Fluxo comercial mexicano: Maquiladoras X não maquiladoras

(Milhões de dólares)

Período	Exportação			Importação		
	Total	Maquiladoras	No Maquiladoras	Total	Maquiladoras	No Maquiladoras
1995	79 541.6	31 103.3	48 438.3	72 453.1	26 178.8	46 274.3
1996	95 999.7	36 920.3	59 079.4	89 468.8	30 504.7	58 964.1
1997	110 431.4	45 165.6	65 265.8	109 807.8	36 332.1	73 475.7
1998	117 459.6	53 083.1	64 376.4	125 373.1	42 556.7	82 816.3
1999	136 391.1	63 853.6	72 537.5	141 974.8	50 409.3	91 565.5
2000	166 454.8	79 467.4	86 987.4	174 457.8	61 708.8	112 749.0
2001	158 442.9	76 880.9	81 562.0	168 396.5	59 296.0	110 797.9
2002 ^P	160 762.7	78 098.1	82 664.6	168 678.9	59 296.0	109 382.9
2003	164 860.3	77 405.2	87 455.1	170 550.6	59 057.5	111 493.1

Fonte: Banxico, secretaria de economia e INEGI.

A tabela 10 explicita o crescimento das maquiladoras sobre as exportações totais mexicanas. De menos de 40%, em 1994, elas passam a ser responsáveis por quase metade das vendas externas mexicanas em 2003. É difícil questionar o processo de avanço desse tipo de indústria sobre o conjunto da economia mexicana. O número de maquiladoras instaladas no México cresceu de 2405, em 1993, para 4470, em 1999 (MATTAR, HERNANDEZ, 2002). Kuywama e Lima (2003) demonstram a participação ascendente que as maquiladoras vem obtendo sobre o conjunto do setor manufatureiro mexicano.

A seguinte passagem de Moreno-Brid, Mattar e Peres (2002, p.32) ilustra claramente o processo que se configurou ao longo da implementação do MN:

As reformas tiveram o efeito de fazer com que as indústrias não-maquiladoras passassem a operar do mesmo modo que as maquiladoras. Sob essas condições (de reformas) e em um contexto de queda das barreiras tarifárias, a sempre crescente importação de insumos, principalmente nos setores voltados para exportação, “maquiladorizou” diversos setores produtivos (tradução nossa).

O gráfico 3 permitiu que fosse observado o grau de desconexão entre o setor externo mexicano e o resto da economia. Posteriormente, a tabela 8 evidenciou o avanço das maquiladoras sobre o total das vendas externas. Poder-se-ia aventar a hipótese de que a desarticulação entre

os setores seria passageira, pressupondo uma trajetória de integração gradual das maquiladoras relativamente ao resto do aparelho produtivo local. Todavia, não há qualquer sinal de progresso na composição e possível internalização da produção dos produtos ao longo de duas décadas. Lima e Kuwayama (2002) apresentam os seguintes dados: do total de insumos utilizados no processo produtivo das maquiladoras mexicanas, 69% eram importados em 1980, em 1990 esse índice chegou a 74%, e em 2001 praticamente não se alterou, oscilando para 73%.

Mattar e Hernandez (2002, p.308) definem bem o processo engendrado na economia mexicana:

(...) gerou-se uma estrutura dual, na qual prevalece um segmento internacionalmente competitivo, enquanto o restante da economia, em que abundam os pequenos estabelecimentos, apresenta baixa competitividade de produto e enfrenta problemas no levantamento de recursos creditícios, seja nos bancos comerciais, seja nos de desenvolvimento.

Resta saber até onde irá a desarticulação entre o setor exportador e a parte da economia mexicana voltada para o mercado interno.

Outra contradição configurada com a forma de re-inserção do México na economia internacional é de caráter geográfico. Há uma clara dicotomia entre regiões mexicanas no que concerne ao aporte de IED (MORENO-BRID, ROS, 2004). O Banco Mundial (2003) mapeou os investimentos estrangeiros e é clara a discrepância entre as áreas que têm fronteira com os EUA e o resto do país.

Antes de finalizar, vejamos alguns indicadores selecionados acerca do desenvolvimento mexicano nos últimos anos. Não surpreendentemente, dada a trajetória oscilante da economia mexicana, o PIB per capita no período posterior à assinatura do NAFTA apresentou desempenho sofrível. A tabela 9 já mostraria que houve reduzido incremento real por habitante. Para piorar o quadro, 2002 e 2003 foram anos de queda do PIB *per capita*.

Tabela 9 - México. Indicadores selecionados

	1980-85	1985-93	1994-01
Crescimento real do PIB per capita	-0,2%	1.1%	1.2%

Fonte: Banco Mundial.

Muito se apostou na criação de postos de trabalho por causa do NAFTA, oriundos do aumento do fluxo comercial e de investimentos diretos. Efetivamente, foram criados 500 mil empregos na indústria mexicana entre 1994 e 2002, principalmente nas maquiladoras. Todavia, 1,3 mi-

lhões de postos de trabalhos foram eliminados na agricultura após a abertura comercial (CEIP, 2003). Há um agravante neste saldo negativo, pois 30% dos empregos criados nas maquiladoras na década de 1990 foram perdidos para a China apenas nos anos de 2001 e 2002 (CEIP, 2003), conseqüência da lógica dos investimentos deste tipo de sub-contratação, nivelada “por baixo” e passiva de rápida transferência geográfica.

Tabela 10 - México. Indicadores. Linha da pobreza e salários reais

	Pré NAFTA		Pós NAFTA: ano 2000
SEDESOL	22.5% (1992)		24.2%
CEPAL	47.8% (1989)		41.2%
Salários Reais em moeda local	-4,8% (80-85)	3,5% (85-93)	-1,0% (1994-2001)

Fonte: Banco Mundial.

No que diz respeito aos ganhos dos trabalhadores, a Tabela 10 evidencia a queda do poder aquisitivo no período pós-NAFTA. Além disso, segundo a Ceip (2003), os salários no México e nos EUA se afastaram, ao invés de convergir, como seria esperado de acordo com os modelos econômicos hegemônicos. A dicotomia entre o setor externo mexicano e o resto da economia certamente impeliu o rebaixamento generalizado dos salários na economia, pois o parâmetro para fixação dos maiores salários é o setor exportador, e só pode crescer, como observa Moreno-Brid e Ros (2004), com manutenção de baixos salários.

Por fim, houve pouca alteração nos níveis de pobreza no México, segundo a CEPAL e a Secretaria de Desenvolvimento Social do México (SEDESOL). A partir da tabela 10 vê-se que as mensurações da CEPAL e da SEDESOL, apesar de apresentarem variação inversa, coincidem num ponto, qual seja: houve muito poucas alterações na parcela da população pobre no México após a criação do NAFTA.

5 CONCLUSÕES

Os fenômenos aqui abordados, quais sejam, modelos de desenvolvimento econômico e relações de dependência entre nações, são extremamente complexos, oferecendo diversas perspectivas de análise. Portanto, a título de conclusão, pretende-se aqui apenas indicar alguns elementos para reflexão.

Foram apresentadas ao longo deste trabalho duas hipóteses complementares, em diferentes planos de abstração, quais sejam:

1. Numa perspectiva mais abstrata, apontou-se a inviabilidade do desenvolvimento latino-americano baseado na dependência-associada no atual momento histórico, por conta da configuração adquirida pelo sistema capitalista em nível mundial, e da forma como os países periféricos do nosso continente se dispuseram a participar do mesmo.
2. No México, a re-inserção na rota preferencial do grande capital internacional teve como corolário a desestruturação das cadeias produtivas locais (por causa da abertura comercial e pela forma como os IED passaram a se instalar após a reestruturação produtiva) e a manutenção de baixos níveis de investimento na economia (os recursos externos não são transformados em inversão, pelo caráter volátil do capital financeiro desregulamentado e por conta da preterição do Estado como incentivador e promotor da produção). A economia mexicana é hoje altamente dependente das vendas externas e amplamente desarticulada internamente.

O México efetivamente re-integrou-se ao circuito preferencial do grande capital internacional, o que pode ser inferido pelo montante de IDE aportado e o volume de comércio exterior em que a economia do país está envolvida. Contudo, os resultados obtidos, por qualquer dos principais índices de avaliação (incremento do PIB, PIB *per capita*, salários, nível de pobreza) são, na melhor das hipóteses, bastante questionáveis. Talvez, o aspecto mais positivo, ou ao menos um atenuante dos problemas causados pela forma como o México se inseriu na economia mundial após o abandono do Modelo de Substituição de Importações, está na grandiosidade dos interesses que hoje residem em território mexicano. A atual conjuntura do capitalismo em escala mundial possui, dentre suas características, o fato de grandes áreas não interessarem à reprodução do grande capital e, por conseguinte, serem amplamente marginaliza-

das.²⁹ Por conta do papel importante que o México representa na reprodução desse capital, é provável que não falem ajudas externas ao país no caso de crises locais, como ficou comprovado em 1994 – não esquecendo o severo arbítrio forâneo imposto ao país como contrapartida do apoio. Ainda assim, restam dúvidas quanto à perenidade de tal posição, dada a crescente mobilidade dos capitais, mesmo quando produtivos – vide a transferência das maquiladoras (e conseqüentemente, dos empregos) para a China apontada pela CEIP (2003).

Enquanto durou o MSI, a despeito dos problemas, a economia cresceu 6% ao ano, em média. Entre 1994 e 2003 a economia mexicana cresceu a uma taxa média anual de 2,7%, ou pouco mais do que a taxa de crescimento populacional. A emigração para os EUA recrudescer fortemente entre o início dos anos 1990 e o final da década. O número de mexicanos residentes nos EUA passou de pouco mais de 4 milhões no início da década passada, para mais de 9 milhões ao final do decênio (CEIP, 2003). Além disso, o processo de exclusão social e marginalização de grandes parcelas da população vem fomentando o aumento sem precedentes da violência no país.

Não se pretende aqui prever a generalização futura do caos. Assim como no Brasil, no México o caos já é vivido diariamente por grande parte da população. Este foi sendo paulatinamente constituído ao longo do particular desenvolvimento capitalista latino-americano. Desde a constituição do MSI, contradições sociais –com destaque para a desigualdade do nível de vida entre as classes sociais - vêm sendo reproduzidas e/ou criadas nos diversos países da América Latina. Entretanto, ao longo da vigência do MSI, o crescimento expressivo da produção em países como México e Brasil atenuava as contradições do ornitorrinco³⁰ que estavam em gestação e que passaram a explodir nos últimos anos.

Portanto, talvez seja razoável concluir que o Modelo Neoliberal disseminado na América Latina, quando comparado ao Modelo de Substituição de Importações, deve ser criticado mais por seus próprios defeitos do que pelas qualidades do último.

Por fim, o debate que envolve geralmente as posições acerca dos modelos de desenvolvimento não deveria tratar simplesmente da defesa de maior ou menor presença do Estado no direcionamento da economia. Se bem que o Estado, numa sociedade capitalista, é a única institui-

²⁹ CHESNAIS (1996), CARDOSO (1993) e DUPAS (2000) chamam a atenção para esse fenômeno.

³⁰ Ver Oliveira (2003).

ção capaz de abrandar significativamente as contradições iminentes ao modo de produção do capital,³¹ é também possível que um Estado gigante auxilie na reprodução de uma sociedade crescentemente injusta, como atestam Brasil e México.

³¹Mesmo que, em última instância, sua função seja a garantia da reprodução capitalista.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Carlos. *O muro americano – 1997-1998*. Disponível em: <www.oficinainforma.com.br> Acesso em : 8 de set. 2004.
- BANCO DO MÉXICO. Disponível em: www.banxico.org.mx. Acesso em: 5 jun. 2004.
- BELLUZZO, Luiz G. O declínio de Bretón Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, jun.1995.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga; CARNEIRO, Ricardo. Globalização e integração perversa. Política econômica em foco. *Boletim do CECON da Unicamp*. Maio/ago. 2003
- BIONDI, Aloisyo. Aloisyo Biondi anuncia o fim do neoliberalismo. *Revista Caros Amigos*, out. 1999. Disponível em: <www.geocities.com/bernardorieux/politica/fimdoneoliberalismo_biondi> Acesso em : 18 fev. 2005.
- BORON, Atílio. *A crise do neoliberalismo e o perigo do possibilismo*. 2004. Disponível em: <http://resistir.info/argentina/boron_06set04.html>. Acesso em: 18 fev. 2005.
- BUSTILLO, Inês; OCAMPO, José Antonio. *Asimetrías y cooperación em Área de Libre Comercio de las Américas*. Santiago: CEPAL, 2003.
- CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. Campinas: UNESP, 1999.
- CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul: os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Relações Norte-Sul no contexto atual: uma nova dependência. In: BAUMANN, Renato (Org.) *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 5-13.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975
- CEIP. NAFTA´s promise and reality. Lessons from Mexico for the hemisphere., 2003. Disponível em: <www.ceip.org/pubs>. Acesso em: 5 maio 2004.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão digital*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FERREIRA, Hamilton. *Reestruturação industrial e inserção internacional: a liberalização conservadora*. México – 1982/1992. Campinas: Unicamp, 1994.
- FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 1, p. 5-19, ago. 1992.

FURTADO, Celso. A superação do subdesenvolvimento. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, p. 37-42, dez. 1994.

FUSER, Igor. *México em transe*. São Paulo: Atlas, 1995.

GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia internacional - teoria e política*. São Paulo: MAKRON Books, 2001.

KUYWAMA, M.; LIMA, José E. Durán. La calidad de la inserción internacional de América Latina y el Caribe en el comercio mundial. In: SERIE Comercio Internacional. Santiago do Chile: Naciones Unidas. Maio 2003.

MAISONNAVE, F. Fox crê que México vá dar alento a Mercosul. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 jul. 2004, Cad. A, p. 9.

MÁTTAR, Jorge; HERNÁNDEZ, René A. As políticas macroeconômicas e o entorno jurídico institucional na indústria de exportações do México e da América Central. In: BRASIL, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois. São Paulo: Unesp, 2002.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Globalização e inserção diferenciada da Ásia e da América Latina. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Orgs.). *Poder e dinheiro*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 279-346.

MORENO-BRID, Juan Carlos; ROS, Jaime. México: las reformas del mercado desde una perspectiva histórica. *Revista de La CEPAL*, México, n. 84, 2004.

MORENO-BRID, Juan Carlos; MÁTTAR Jorge; PERES, Wilson. *Foreign investment in México after economic reform*. United Nations: México, D.F, 2002. Disponível em: <www.cepal.org>. Acesso em: 8 ago. 2004.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica da razão dualista e o ornitorrinco*. São Paulo: Boi Tempo, 2003.

_____. *A navegação venturosa*. São Paulo: Boi Tempo, 2003.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. Comércio e desenvolvimento. In: GONÇALVES, Reinaldo *et al.* *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 67-96.

RIDING, Alan. *Vecinos distante: un retrato de los mexicanos*. Cidade do México: Planeta, 1985.

SALVATORE, D. *Economia internacional*. São Paulo: LTC, 2000.

WORLD BANK. *Lessons from NAFTA for Latin America and the Caribbean countries*. dec. 2003.